



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - HABILITAÇÃO EM LÍNGUA
PORTUGUESA**

DHAPHYNNE CRISTYNNA DOS SANTOS DE NEGREIROS

**LITERATURA SOB CONTROLE:
O romance *1984* em perspectiva crítica**

**PALMAS
2025**

DHAPHYNNE CRISTYNNA DOS SANTOS DE NEGREIROS

LITERATURA SOB CONTROLE:

O romance *1984* em perspectiva crítica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa do Instituto Federal do Tocantins – IFTO, Campus Palmas-TO, como exigência à obtenção do título de Licenciada em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Me. David Siqueira Fontes Neto

**PALMAS
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

N3851 Negreiros, Dhaphynne Cristynna Dos Santos de
Literatura sob controle : o romance 1984 em perspectiva crítica /
Dhaphynne Cristynna Dos Santos de Negreiros. – Palmas, TO, 2026.
56 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Habilitação
em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2026.

Orientador: Me. David Siqueira Fontes Neto

1. Literatura. 2. Romance moderno. 3. Totalitarismo. I. Neto, David
Siqueira Fontes. II. Título.

CDD 400

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e
pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).**

DHAPHYNNE CRISTYNNA DOS SANTOS DE NEGREIROS

**LITERATURA SOB CONTROLE:
O romance *1984* em perspectiva crítica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa do Instituto Federal do Tocantins – IFTO, Campus Palmas-TO, como exigência à obtenção do título de Licenciada em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. David Siqueira Fontes Neto
Orientador
IFTO — Campus Palmas

Prof^a. Dra. Maria Rilda Alves da Silva Martins
IFTO — Campus Palmas

Prof^a. Dra. Patricia Luciano de Farias Teixeira Vidal
IFTO — Campus Palmas

Prof^a. Dra. Dianine Censon Lopes
IFTO — Campus Paraíso

Dedico este trabalho ao meu avô, cujo suor, coragem e silêncio sábio, pavimentaram o caminho que hoje percorro. À minha avó, cuja ternura e força silenciosa sustentam meus passos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder força, clareza e coragem para chegar até aqui, mesmo quando o caminho se tornou desafiador.

À minha família, pelo apoio, pela compreensão nos dias de ausência e por acreditar na minha capacidade. Vocês trilharam o caminho para que eu pudesse percorrer. Sem vocês, nenhum passo teria sido possível.

Ao meu orientador, cuja escuta atenta, humana e acolhedora foi essencial nesta trajetória. Agradeço pela sensibilidade, pela responsabilidade ética, pela paciência e pela confiança depositada em mim e no desenvolvimento deste trabalho. Obrigada por ensinar literatura com tanta paixão, profundidade e cuidado, permitindo que eu amadurecesse como leitora, pesquisadora e futura docente.

À banca avaliadora, pelas contribuições que ampliaram meu olhar e exigiram de mim profundidade e maturidade acadêmica. Desafios que, embora difíceis, fortaleceram e enriqueceram este estudo.

Aos meus professores, que construíram comigo uma trajetória formativa marcada por rigor e tenacidade ao qual deixaram marcas profundas em minha formação. Suas contribuições não apenas fortaleceram este trabalho, como também me ensinaram a olhar o mundo e os textos com mais acuidade, coragem e intencionalidade.

De modo especial, agradeço aos professores Ana Lourdes Cardoso Dias, Daniel Marra da Silva, Leny Meire Correa Molinari Carrasco, Maria Rilda Alves da Silva Martins, Maria de Fátima Pereira Brandão Mendes, Nahete Alcântara, Nile William Fernandes Hamdy e Patricia Luciano de Farias Teixeira Vidal, por me revelarem, com afeto e humanidade, o sentido mais genuíno de ser professora. Seus ensinamentos tornaram a docência um espaço que desejo ocupar com ética e delicadeza.

Aos meus amigos, agradeço pelas mãos que me seguraram, as vozes que me encorajaram e as afeições que me mantiveram em pé na caminhada. À Maria Eduarda Benedetti, pelas conversas profundas, pelo afeto sincero e pela permissão de ser vulnerável. Sua amizade é uma das maiores riquezas que a faculdade me proporcionou. Ao Rafael Lima, à Ana Clara Vidal e à Kelly Cristina, que com alegria genuína, celebram cada uma das minhas conquistas. Cada um a seu modo, transformou o cansaço em riso e peso em afeto, tornando o caminho mais suportável e mais bonito.

É também por vocês que me proponho a falar sobre este tema, porque cada um, à sua maneira, fez parte da construção deste trabalho e da pessoa que me torno ao escrevê-lo.

“Vire a página. Torne *1984* ficção novamente”

Martins (2022)

RESUMO

O presente trabalho analisa o papel da literatura em contextos totalitários a partir do romance *1984*, de George Orwell, investigando de que modo a obra representa a literatura e a linguagem como instrumentos simultâneos de dominação e resistência. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e procedimentos bibliográficos, fundamentada principalmente em *A Teoria do Romance* de Gyorgy Lukács (2000) e nos pressupostos da Análise do Discurso. O estudo parte da compreensão do romance como forma estética própria da modernidade, marcada pela cisão entre sujeito e mundo, e examina como essa ruptura se materializa na trajetória do protagonista Winston Smith, cuja interioridade entra em conflito permanente com a realidade opressiva imposta pelo Partido. A pesquisa também analisa os mecanismos discursivos presentes na obra, como o *socing*, o *duplopensar* e o *novofalar*, evidenciando como o controle da linguagem atua na fabricação de subjetividades, na manipulação da memória e na naturalização da submissão. Os resultados demonstram que a literatura, mesmo sob ameaça e instrumentalização ideológica, preserva uma potência crítica, ao expor as contradições da modernidade e tensionar as estruturas de poder. A pesquisa possibilita compreender como *1984* confirma o romance como a forma necessária para narrar a experiência histórica da opressão, reafirmando a literatura como espaço de resistência simbólica, de preservação da memória e de formação da consciência crítica.

Palavras-Chave: Literatura. Romance moderno. Totalitarismo. Linguagem; 1984.

ABSTRACT

This paper analyzes the role of literature in totalitarian contexts using George Orwell's novel *1984* as a starting point, investigating how the work represents literature and language as simultaneous instruments of domination and resistance. It is a basic research study, with a qualitative approach and bibliographic procedures, primarily based on György Lukács's *Theory of the Novel* (2000) and the assumptions of Discourse Analysis. The study begins with an understanding of the novel as an aesthetic form characteristic of modernity, marked by the split between subject and world, and examines how this rupture materializes in the trajectory of the protagonist Winston Smith, whose interiority is in permanent conflict with the oppressive reality imposed by the Party. The research also analyzes the discursive mechanisms present in the work, such as *socing*, *doublethink*, and *newspeak*, highlighting how the control of language acts in the fabrication of subjectivities, the manipulation of memory, and the naturalization of submission. The results demonstrate that literature, even under threat and ideological instrumentalization, preserves a critical power by exposing the contradictions of modernity and challenging power structures. The research makes it possible to understand how *1984* confirms the novel as the necessary form to narrate the historical experience of oppression, reaffirming literature as a space of symbolic resistance, preservation of memory, and formation of critical consciousness.

Keywords: Literature. Modern novel. Totalitarianism. Language. 1984.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. ENTRE A PALAVRA E O CONTROLE: LITERATURA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA	11
1.1 Vislumbres do abismo: os prenúncios de <i>1984</i>	11
1.2 Oceânia sob os olhos do Grande Irmão.....	15
1.3 A letra contra o olho: uma literatura contracorrente.....	19
1.4 Disrupção, distopia e ficção.....	21
2. O ROMANCE COMO FORMA NECESSÁRIA DA MODERNIDADE	25
2.1 A cisão do homem e do mundo.....	26
2.2 A redução da literatura enquanto expressão crítica e imaginária.....	30
3. LINGUAGEM, IDEOLOGIA E DISCURSO	34
3.1 A linguagem como fenômeno social.....	35
3.2 <i>Socing</i> : um princípio ideológico do Partido.....	38
3.3 O <i>duplopensar</i>	42
3.3.1 Dois mais dois são cinco: o colapso da razão em 1984.....	45
3.4 O <i>novofalar</i>	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

A literatura constitui um espaço privilegiado de reflexão sobre a condição humana, possibilitando a problematização das relações sociais, políticas e históricas que atravessam os sujeitos. Em contextos totalitários, essa função adquire contornos ainda mais significativos, uma vez que a palavra passa a ser controlada, silenciada ou manipulada como estratégia de dominação, assim, a literatura passa a ocupar uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que sofre tentativas sistemáticas de controle, censura e esvaziamento simbólico, constitui-se também como espaço de resistência, preservação da memória e questionamento frente às narrativas oficiais.

Inserida nesse contexto, a obra 1984, de George Orwell, apresenta-se como eixo central de análise deste trabalho, ao representar uma sociedade em que o poder estatal exerce controle absoluto sobre os corpos, os pensamentos, a memória e a linguagem. Nesse regime, a literatura, compreendida como formação de consciência crítica, é submetida a um processo de esvaziamento, instaurando-se uma organização social na qual a verdade é manipulada, o passado é continuamente reescrito e a subjetividade é progressivamente anulada.

A partir desse panorama, esta pesquisa tem como objetivo analisar como a literatura se configura em contextos totalitários e de que modo pode operar como instrumento de resistência à opressão ideológica e política, tomando como objeto de análise a obra supracitada. Busca-se, especificamente, investigar o romance, enquanto gênero literário, como forma de busca por sentido em um contexto de esvaziamento da subjetividade; identificar como a forma romanesca, em diálogo com a modernidade, representa a cisão entre o sujeito e o mundo, a partir da trajetória do personagem Winston Smith; e compreender a função dos mecanismos discursivos e ideológicos presentes na obra, especialmente, como se articulam no campo literário. Diante dessas proposições, a pesquisa orienta-se pela seguinte problemática: de que forma 1984 representa a literatura como instrumento de dominação e, simultaneamente, de resistência em uma sociedade totalitária? Tal questionamento permite discutir a análise literária à reflexão crítica sobre linguagem, ideologia e discurso, presentes na narrativa.

A relevância desta pesquisa, reside na contribuição aos estudos literários, ao articular teoria e análise da obra, favorecendo reflexões sobre a atualidade das discussões propostas por

Orwell. Em um contexto contemporâneo marcado pelo controle da informação, por disputas discursivas e tentativas de silenciamento da literatura, o estudo de 1984 mostra-se pertinente para compreender a potencialidade da literatura enquanto instrumento de resistência simbólica. Destaca-se, ainda, que a motivação para este trabalho decorre de uma inquietação pessoal da autora, suscitada a partir da leitura da obra, da qual emergiram questionamentos acerca do papel da literatura em contextos de opressão, de sua importância e capacidade de provocar reflexão crítica e contribuir para a construção da consciência histórica.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico. Para tanto, o estudo fundamenta-se em Bradford (2020), Martins (2022) e Orsi (2022) para a compreensão do contexto histórico e de produção da obra a partir de estudos biográficos, que situam Orwell em meio às tensões políticas do século XX; em Adorno (2003), Aguiar e Silva (1997) e Lins (1967) no campo da teoria literária, cujas contribuições permitem compreender a função da literatura; em Dutra (2003), para mobilizar a noção de literatura disruptiva, entendida como a escrita literária como prática de ruptura e questionamento da ordem estabelecida; e em Pavloski (2014) para discutir o conceito de distopia e sua materialização em 1984. Além disso, a pesquisa ancora-se, ainda, nos aportes de Lukács (2000), que subsidiam a compreensão do romance moderno como a forma estética marcada pela ruptura da totalidade vivida e a tentativa de reconstrução. Somam-se a essas reflexões as contribuições de Canhoto (2016) e Benjamin (2002) que discutem as transformações da forma narrativa e a redução da literatura como expressão crítica e criativa. A leitura da obra também se orienta pelos estudos de Orlandi (1987; 1996; 2000) e Fiorin (2007) que possibilitam interpretar o discurso e a linguagem como prática social atravessada por relações de poder e por processos ideológicos, além dos estudos contemporâneos de Tavares (2021) sobre a escrita de Orwell, no que diz respeito à ampliação da compreensão da manipulação da linguagem.

Por fim, o presente trabalho organiza-se em três capítulos. O primeiro aborda o contexto histórico e de produção, assim como o contexto social do autor, além disso, apresenta o enredo e os principais elementos da narrativa e discute a literatura como instrumento de contestação. O segundo fundamenta a análise do romance a partir da teoria de Lukács (2000) e discorre sobre a figura do personagem Winston Smith como a expressão do sujeito cindido. O terceiro dedica-se à análise e apresentação dos mecanismos discursivos e ideológicos empregados pelo Partido, como o *socing*, o *duplopensar* e o *novofalar*. O estudo culmina nas considerações finais, nas quais são retornados os principais achados da pesquisa.

1. ENTRE A PALAVRA E O CONTROLE: LITERATURA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

A literatura, enquanto manifestação artística e discursiva, é marcada por seu potencial de significação e resistência, constituindo-se como espaço de preservação da memória humana e de resistência simbólica frente à opressão, uma vez que através da linguagem, constrói-se um campo simbólico onde o sujeito é constantemente atravessado por forças históricas, políticas e culturais. Historicamente, quando regimes políticos buscam controlar narrativas, manipular informações e restringir formas de expressão, a literatura emerge como um espaço privilegiado para tensionar discursos hegemônicos. Assim, o ato de narrar torna-se gesto político, insurgente e crítico.

Nesse horizonte, o romance *1984*, de George Orwell, não se resume apenas a uma ficção distópica: ele opera como um instrumento crítico que tensiona os limites entre realidade e autoritarismo. Sua materialidade literária funciona como dispositivo de rememoração, denúncia e alerta, lembrando que a opressão não se instala apenas pela força, mas sobretudo pela domesticação da palavra e pela construção de consensos ideológicos que naturalizam o absurdo. A obra convoca o leitor à vigilância ética e à consciência histórica diante dos mecanismos de dominação que atravessam a linguagem, o pensamento e o corpo social.

A partir dessa premissa, este capítulo situa *1984* em seu contexto histórico e de produção, revelando por meio das cartas do autor, as tensões políticas que moldaram a obra, apresenta a narrativa, discute a literatura enquanto instrumento de contestação e consciência social e, por fim, analisa a crítica social do romance. Parte-se, portanto, da literatura enquanto ferramenta crítica para observar os mecanismos políticos, evidenciando a ficção como memória do real e forma de enfrentamento às tentativas de controle totalitário.

1.1 Vislumbres do abismo: os prenúncios de *1984*

A potência crítica de *1984*, encontra-se em seu contexto de criação. A vista disso, torna-se inerente entender os motivos pelas quais George Orwell o depreendeu, uma vez que o romance foi produzido em um entremeio da Guerra Civil Espanhola e nos prognósticos da

Segunda Guerra Mundial, período no qual a ascensão do fascismo, o nazismo e o stalinismo colocaram em xeque a própria noção de humanidade. Orwell, participante da Guerra Civil Espanhola, testemunhou de perto práticas autoritárias tanto da extrema direita quanto da esquerda, o que consolidou sua escrita como denúncia das engrenagens ideológicas do poder.

Em julho de 1936 teve início a Guerra Civil Espanhola, quando os falangistas, grupo fascista espanhol liderado pelo General Francisco Franco, tomaram o poder por meio de um golpe contra o governo legitimamente eleito, mergulhando o país em um conflito armado (Orwell, 2022, p. 440). Naquele contexto, potências autoritárias como a Alemanha, Itália e Portugal que, respectivamente, estavam sob o poder de Hitler, Mussolini e Salazar, apoiaram militarmente as forças fascistas, fortalecendo o avanço de Franco, na Espanha. Esse momento histórico torna-se decisivo na vida de Orwell, que não apenas presenciou os desdobramentos da guerra, mas participou diretamente dela ao treinar cinquenta homens de uma milícia anarquista ligados ao Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) e atuar no front de batalha, uma vez que tal situação o indignou profundamente com a posição do Partido Trabalhista inglês se recusar em prestar apoio aos rebeldes que lutavam para depor os golpistas (Orwell, 2022, p. 440).

Richard Bradford, professor pesquisador da Universidade de Ulster, Reino Unido, e autor da biografia sobre George, com a obra *Orwell: Um Homem do Nosso Tempo*, expõe:

Muitos escritores usaram em sua obra as próprias experiências de serviço militar, tendo lutado por seu país, na maioria dos casos, como recrutas ou voluntários. Apenas um pequeno número pegou em armas no exterior em nome de algum ideal ostensivo, e para a maior parte deles as verdadeiras motivações eram autoengrandecimento e egoísmo (ver os casos de Byron e Hemingway). Somente um estava genuinamente comprometido com sua causa e preparado para morrer por ela, independente da criação de alguma lenda: George Orwell. (Bradford, 2020, P. 170-171).

A experiência traumática com perseguições políticas, prisões arbitrárias e o jogo duplo das potências socialistas e fascistas o marcou profundamente, servindo como base para sua crítica aos regimes totalitários e moldando sua visão política que reverberam posteriormente em suas obras, sobretudo em *1984*. Após a morte de sua esposa, Eileen Blair, Orwell mudou-se para a ilha de Jura, na Escócia, em 1946, onde iniciou a escrita de seu último romance. Já debilitado por problemas pulmonares, encontrou na região um clima moderado e ar puro, para equilíbrio do avanço de sua doença, apesar das dificuldades, o ambiente o possibilitou no avanço da obra (Bradford, 2020).

Entretanto, o rigoroso inverno de 1947, sendo considerado um dos piores registrados na Inglaterra, o levou a deixar a ilha e estabelecer-se em Islington. Em Londres, pôde observar de perto os impactos sociais do pós-guerra: pobreza, destruição urbana e racionamento de energia tornaram-se parte do cotidiano, compondo paisagens que mais tarde seriam transfiguradas nas descrições sombrias das cidades de *1984* (Bradford, 2020). Orwell acompanhou os desdobramentos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, consolidando uma percepção crítica acerca do crescimento do autoritarismo no cenário global. Logo após a sua morte, em janeiro de 1950, o cenário político mundial passou a refletir de forma concreta aquilo que o autor já havia projetado em *1984*, o mundo se polarizou entre o bloco socialista, liderado pela União Soviética e composto por repúblicas incorporadas à força, somado ao crescimento da influência da China revolucionária, e o bloco capitalista, unificado sob a recém-criada Organização do Tratado do Atlântico Norte, comumente conhecida por OTAN (Bradford, 2020).

Essa configuração geopolítica, aproxima-se diretamente da estrutura fictícia apresentada no romance, no qual o mundo é dividido entre três superpotências: Oceânia, Eurásia e Lestásia. Além dessa divisão, Orwell antecipou também o avanço tecnológico voltado para a produção de armamentos nucleares e a possibilidade de confrontos militares envolvendo essas potências, realidade que se tornou evidente no período pós-Segunda Guerra Mundial, contexto em que se perpassa o universo de *1984* (Bradford, 2020). Assim, tanto sua participação na Guerra Civil Espanhola quanto suas vivências no período posterior à Segunda Guerra Mundial foram determinantes para a construção estética, política e crítica de *1984*, romance que sintetiza suas inquietações diante do totalitarismo e permanece como uma das obras mais relevantes do último século.

A edição brasileira da DarkSide Books, apresenta algumas cartas em que o autor já mencionava suas ideias que posteriormente culminaram no romance, evidenciando, assim, esse processo reflexivo. Em uma carta datada de 1942 destinada ao editor do Times, Orwell expressa indignação com o tratamento dado aos prisioneiros de guerra, alertando para o risco de democracias adotarem práticas fascistas: “Ao acorrentar prisioneiros alemães em resposta a uma ação semelhante dos alemães, nós nos rebaixamos [...] ao nível dos nossos inimigos” (Orwell, 2022, p. 378). Nesse trecho, é perceptível a preocupação de Orwell, não de imaginar um futuro impossível, mas alertar sobre os sinais visíveis de um futuro provável, visto que ele próprio identificou em democracias e movimentos antifascistas, práticas autoritárias capazes

de alimentar o mesmo ciclo de opressão que combatiam. Consolidando uma degradação ética, que mais tarde aparecerá no romance como apagamento moral coletivo.

Em outra carta, de 1948, Orwell confidencia ao editor Fredric Warburg que o manuscrito de sua nova obra estava praticamente concluído, embora ilegível, e menciona o título provisório:

Não posso enviá-lo, pois é um manuscrito incrivelmente ilegível e ninguém poderia entendê-lo sem alguma explicação. [...] Não estou satisfeito com o livro, porém tampouco estou absolutamente insatisfeito. Pensei nele na primeira vez no ano de 1943. Acho que a ideia é boa, mas a execução teria sido melhor se eu não o tivesse escrito com os sintomas de tuberculose. Não fixei o título em definitivo, mas estou entre *1984* e *O Último Homem na Europa* (ORWELL, 2022, p. 383).

Embora todo o manuscrito da obra tenha sido concluído em 1948, e publicado somente em 1949, o título “1984” foi uma inversão do próprio ano de escrita. Reconhecido como um dos romances mais significativos do último século, o livro chegou a ser censurado na União Soviética devido à forma minuciosa com que retratava características semelhantes ao regime soviético (Bradford 2020). Nesse sentido, conforme destaca Carlos Orsi, no posfácio da edição brasileira, diversos elementos da narrativa estabelecem paralelos diretos com figuras históricas do stalinismo: “os bigodes do Grande Irmão são os bigodes do ditador soviético Josef Stálin”, enquanto “a face do teórico da oposição, o mítico e odiado Goldstein, é a face de Leon Trótski, expulso da União Soviética em 1928 e assassinado, a mando de Stálin, no México, em 1940” (Orsi, 2022, p. 366). Tais aproximações reforçam a dimensão histórica da crítica orwelliana, evidenciando que, embora ambientado em um futuro distópico, *1984* dialoga diretamente com os totalitarismos do século XX.

A obra nasceu, portanto, sob a experiência do adoecimento físico e social, ao qual Orwell escreveu enquanto seu corpo sucumbia à tuberculose e enquanto o mundo debatia ruínas políticas e ideológicas. Nesse ínterim, Aguiar e Silva (1997) observa que a literatura é uma forma de expressão histórica e cultural, logo, *1984* reflete o trauma da guerra e a desconfiança diante da propaganda governamental. Muito embora a literatura não se deva ser compreendida como um simples espelho da realidade social, mas como uma forma particular de vivenciar e elaborar esse contexto, participando dele e, simultaneamente, contribuindo para sua construção. De acordo com Adorno (2003, p. 66) “a referência ao social não deve levar para fora da obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela”. Desse modo, a obra orwelliana, parte de uma realidade que fora observada, vivenciada e questionada a partir do

seu contexto histórico e literário, emergindo como resposta crítica a um tempo em que verdade, memória e liberdade se tornavam conceitos instáveis.

Face ao exposto, dedica-se o próximo item à exposição da narrativa da obra. Trata-se de um breve resumo do enredo, necessário para compreender os elementos que fundamentam este trabalho, uma vez que o romance de Orwell constitui o objeto central de análise deste trabalho.

1.2 Oceânia sob os olhos do Grande Irmão

A obra *1984*, escrita por George Orwell e publicada originalmente em 1949, cuja edição brasileira de destaque é a da DarkSide Books, de 2022, encontra-se dividida em três partes, que se passa numa realidade fictícia do ano de 1984, em uma sociedade totalitária controlada pelo Partido, liderado pelo enigmático Grande Irmão (Big Brother), símbolo de representação do poder absoluto.

A parte I da narrativa inicia-se em Londres, na superpotência Oceânia, um dos três grandes blocos geopolíticos ao lado de Eurásia e Lestásia, que dominam o mundo e se mantêm em guerra permanente e alternada, sem que a população tenha clareza sobre quem é o inimigo atual. A guerra funciona como estratégia de controle social, pois legitima a escassez, o medo e a mobilização constante. Como afirma o próprio romance, “a guerra é travada pela classe dominante contra seus próprios súditos” (Orwell, 2022, p. 237). A Oceânia é governada pelo Partido, sob a imagem onipresente do Grande Irmão, cujo “rosto de bigode preto com olhos atentos espalhados por todos os lugares de destaque” (Orwell, 2022, p. 32), aparece em cartazes acompanhados do slogan: “O GRANDE IRMÃO ESTÁ OBSERVANDO VOCÊ” (Orwell, 2022, p. 32).

A vigilância é contínua e se dá por meio das teletelas, que ao mesmo tempo transmitem propaganda e observam ininterruptamente os cidadãos. Qualquer gesto, palavra ou expressão pode ser interpretado como crime de pensamento.

Um membro do Partido vive do nascimento até a morte sob o olhar da Polícia do Pensamento. Mesmo quando está a sós nunca pode ter certeza de que está mesmo sozinho. Onde quer que esteja, dormindo ou acordado, trabalhando ou descansando, na banheira ou na cama, pode ser inspecionado sem aviso e sem saber que está sendo inspecionado. Nada do que ele faz é irrelevante. Suas amizades, seu lazer, seu comportamento em relação à esposa e aos filhos, sua expressão facial quando está

sozinho, as palavras que murmura durante o sono, até mesmo as características de sua movimentação corporal são submetidas a um rigoroso escrutínio[...] – tudo isso será detectado (ORWELL, 2022, p. 250-251).

A sociedade divide-se na estrutura de pirâmide, onde no topo está a figura do Grande Irmão, sendo “a forma através da qual o Partido decidiu se mostrar ao mundo. Sua função é servir como uma figura à qual se direciona todo amor, medo e reverência” (Orwell, 2022, p. 248), abaixo está o Núcleo do Partido Interno, elite dirigente da Oceânia que corresponde a 2% da população e detêm os cargos mais altos do Estado. Em seguida está o Partido Externo, “que pode ser considerada como as mãos do Estado, se entendermos o Núcleo do Partido como o cérebro” (Orwell, 2022, p. 248), sendo os funcionários responsáveis pela execução das ordens do Partido Interno, e por fim, na base estão os proletas, estes últimos constituem a maior parte da população, cerca de 85%, e vivem à margem da vida política e ideológica, são as “populações escravizadas das regiões equatoriais, que passam o tempo todo das mãos de um conquistador para o outro, não são uma parte permanente ou necessária da estrutura” (Orwell, 2022, p. 248).

Quanto ao funcionamento do Estado, este organiza-se em quatro ministérios paradoxais, sendo: O Ministério da Verdade, responsável pelas notícias, entretenimento, educação e belas artes, realizando a falsificação de documentos; O Ministério da Paz encarregado da guerra; O Ministério do Amor que mantinha a lei e a ordem, além de ser local de tortura e repressão; O Ministério da Fartura gestor da economia da escassez e responsável pelas questões econômicas (Orwell, 2022, p. 34).

No enredo, a narrativa acompanha o protagonista Winston Smith, um homem de 39 anos que trabalha no Ministério da Verdade, onde sua função consiste em reescrever documentos para que se ajustem às versões oficiais do Partido. Essa prática é sintetizada pela máxima central do romance: “Quem controla o passado controla o futuro. Quem controla o presente controla o passado” (Orwell, 2022, p. 292). A instabilidade do passado provoca em Winston uma crescente inquietação, levando-o ao processo de despertar da consciência crítica. Ele compra um caderno clandestino, que logo torna-se seu diário, e começa a escrever seus pensamentos a despeito do que via acontecer no dia a dia e suas impressões sobre as atitudes do Partido, gesto que representa um primeiro ato de resistência individual. A escrita surge como tentativa de preservar a subjetividade e a memória em um mundo que busca apagá-las. Contudo, esse despertar é marcado pelo medo constante, pois Winston sabe que a

vigilância é absoluta e que qualquer forma de dissidência pode levar à aniquilação (Orwell, 2022).

Outro elemento central na Parte I, é o ritual do Dois Minutos de Ódio, prática diária promovida pelo Partido com o objetivo de canalizar a fúria coletiva contra Emmanuel Goldstein, inimigo oficial do Partido. O momento inicia-se com a emissão de um discurso “áspero e horrendo”, que parecia “vir das entranhas de alguma máquina monstruosa” (Orwell, 2022, p. 41), instaurando imediatamente uma atmosfera de tensão e repulsa, marcando o início do ritual: “O Ódio havia começado” (Orwell, 2022, p. 41). O rosto de Goldstein surge na teletela, despertando reações imediatas no público. Ele é apresentado como o grande traidor, aquele que teria “profanado a pureza do Partido” (Orwell, 2022, p. 41), sendo responsabilizado por todas as heresias, sabotagens e traições. Mesmo sem provas concretas, sua figura é constantemente associada a conspirações e à existência de uma organização clandestina chamada Irmandade.

À medida que o ritual avança, a reação da plateia se intensifica. Após trinta segundos, metade dos presentes já emite “exclamações incontroláveis de fúria” (Orwell, 2022, p. 42). O ódio torna-se um fenômeno coletivo e contagioso, descrito como uma corrente elétrica que atravessa os corpos. Winston percebe que “a coisa mais terrível sobre os Dois Minutos de Ódio era que ninguém era obrigado a se manifestar, mas era impossível não se juntar à reação que despertavam” (Orwell, 2022, p. 43). Ao final, o ódio chega ao ápice quando o rosto de Goldstein se funde à imagem de um soldado inimigo eurasiático, logo em seguida, essa figura hostil é substituída pelo rosto do Grande Irmão, “exalando poder e uma misteriosa calma, e tão imenso que preenchia a tela inteira” (Orwell, 2022, p. 45). O rosto do Grande Irmão então desaparece dando lugar aos três slogans do Partido: “GUERRA É PAZ; LIBERDADE É ESCRAVIDÃO, IGNORÂNCIA É FORÇA” (Orwell, 2022, p. 45). O ritual encerra-se com um canto coletivo, repetindo “G-I!... G-I!... G-I!”, em um tom quase religioso, sendo esse momento “um ato de auto-hipnose, um mergulho deliberado na inconsciência” (Orwell, 2022, p. 45).

Na Parte II, o romance desloca-se do plano da resistência interior para uma tentativa de resistência concreta. Winston inicia um relacionamento amoroso com Julia, colega de trabalho que, à primeira vista, aparenta lealdade ao Partido. O casal passa a se encontrar em locais aparentemente seguros, como um quarto alugado sobre uma loja de antiguidades. Nessa conjuntura, o romance entre ambos constitui um ato de transgressão, uma vez que o Partido

condena relações afetivas verdadeiras, pois estas criam vínculos que escapam ao controle estatal e criam lealdades concorrentes ao Estado. O amor surge como espaço de refúgio e de afirmação da individualidade, pois Winston vê em Julia toda a configuração que o Partido tentava cancelar.

Mas não era possível sentir amor e luxúria em estado puro nos tempos atuais. Nenhum sentimento era puro, porque estava tudo misturado com medo e ódio. A relação entre os dois fora uma batalha, e o clímax, uma vitória. Era um golpe contra o partido. Era um ato político. (Orwell, 2022, p.160)

Durante esse período, Winston acredita estar se aproximando de uma organização de resistência conhecida como Irmandade, supostamente liderada por Emmanuel Goldstein. Essa esperança se fortalece quando Winston e Julia entram em contato com O'Brien, membro do Partido Interno que aparenta compartilhar das mesmas inquietações e fornece a Winston um livro proibido, sendo historicamente atribuído a Goldstein, que explicaria o funcionamento do sistema totalitário, suas bases econômicas e ideológicas (Orwell, 2022).

Essa parte do romance é marcada pela ilusão da possibilidade de resistência, pois Winston passa a acreditar que o Partido pode ser combatido e que ainda existem espaços de liberdade. No entanto, essa sensação de segurança é enganosa, de maneira gradual e sutil o controle do Partido possui uma estrutura mais profunda e complexa de dominação, estendendo-se inclusive às falsas promessas de oposição e às estratégias de captura dos dissidentes.

A Parte III marca a virada definitiva da narrativa. Winston e Julia são presos pela Polícia do Pensamento e levados ao Ministério do Amor (Miniamor), edifício sem janelas, cercado por arame farpado e guardas armados. Nesse espaço, o regime revela seu objetivo último: não apenas eliminar o dissidente, mas reconstruí-lo ideologicamente e retornar à sociedade. Winston é submetido a sessões sistemáticas de tortura física e psicológica conduzidas por O'Brien, que se revela um fiel agente do Partido.

Você está aqui por que fracassou em termos de humildade, de autodisciplina. Não quis ceder ao ato de submissão que é o preço da sanidade. Preferiu ser um lunático, uma minoria de um homem só. Apenas as mentes disciplinadas conseguem ver a realidade, Winston. Você acredita que a realidade é algo objetivo, uma coisa externa, que tem existência própria. Também acredita que a natureza da realidade é evidente por si só. [...] A realidade existe na mente humana e em nenhum outro lugar. Não do indivíduo, que pode se equivocar, e de qualquer forma em pouco tempo estará morto: apenas na mente do Partido, que é coletiva e imortal. **Aquilo que o Partido aponta como a verdade é a verdade. É impossível ver a realidade, a não ser pelos olhos do Partido.** E para isso, é necessário um ato de autodestruição, um esforço, um desejo. Você precisa se humilhar antes de conquistar qualquer sanidade (Orwell, 2022, p. 293 - grifo acrescido).

Nessa etapa, o romance abandona qualquer ilusão de libertação e expõe de forma brutal os mecanismos de dominação totalitária, dado que o processo de punição tem como finalidade destruir a capacidade de Winston de confiar em sua própria percepção da realidade, obter confissões e reprogramar seu pensamento. O Partido exige não apenas obediência, mas convicção, utilizando o conceito de *duplopensar*, que permite aceitar simultaneamente duas verdades contraditórias (Orwell, 2022).

O clímax ocorre na Sala 101, onde cada prisioneiro enfrenta seu maior medo. Para Winston, são os ratos. Diante da ameaça extrema, ele trai Julia, confirmando que o Partido consegue romper até os vínculos afetivos mais profundos. Após esse processo, Winston é libertado, mas retorna à sociedade como um sujeito esvaziado, sem memória crítica ou identidade própria (Orwell, 2022). O romance se encerra com a total submissão do indivíduo: Winston ama o Grande Irmão:

Ele olhou para o rosto enorme. Levava quarenta anos para entender o tipo de sorriso escondido sob o bigode escuro. Oh, mas que mal-entendido cruel e desnecessário! Oh,, mas que autoexílio obstinado daquele abraço amoroso! Duas lágrimas com cheiro de gim escorreram pelas laterais de seu nariz. Mas tudo bem, estava tudo bem, o conflito chegara ao fim. Winston conquistara a grande vitória sobre si mesmo. Ele amava o Grande Irmão (Orwell, 2022, p. 343).

Por conseguinte, o próximo item volta-se à discussão da literatura contracorrente. Parte-se da problematização do conceito de literatura, entendendo-o não apenas como produção artística, mas como espaço de tensão, resistência e elaboração da experiência histórica, sendo fundamental para compreender o posicionamento da obra *1984* de Orwell, cuja forma e conteúdo se articulam como expressão de uma literatura disruptiva, capaz de romper convenções narrativas e instaurar uma crítica incisiva aos mecanismos de dominação social e ideológica.

1.3 A letra contra o olho: uma literatura contracorrente

Sendo amplamente discutida, a definição de literatura oscila entre concepções formalistas, sociológicas, estéticas e discursivas. No âmbito da teoria literária, Aguiar e Silva (1997) ressalta que a literatura não se restringe ao conjunto de textos canônicos ou “artísticos”, mas constitui uma prática cultural historicamente determinada, que se transforma conforme os modos de produção simbólica de cada sociedade. Assim, compreender “o que é literatura” não implica apenas delimitar seu objeto, mas reconhecer que ela é atravessada por

forças sociais, políticas e ideológicas que moldam seu funcionamento e seus efeitos de sentido.

Desse modo, falar sobre literatura implica reconhecer que ela não está imune aos processos sociais, pelo contrário, ela é uma resposta, direta ou indireta, à crise da experiência contemporânea, aos modos de dominação que limitam o pensamento e à fragmentação da consciência histórica. Nesse cenário, Aguiar e Silva (1997, p. 34), afirma que:

a obra literária é sempre um artefacto, um objecto produzido no espaço e no tempo – um objeto, como escreve Lukács, que se separa do sujeito criador [...] possuindo uma realidade material, uma textura semiótica sem as quais não seriam possíveis nem a leitura, nem o juízo estéticos.

A literatura em sua essência multifacetada, transpõe a simples narrativa ou descrição, imbuindo-se de um caráter reflexivo e crítico que questiona a realidade. Conforme Lins (1967), a literatura é um espelho da sociedade, capaz de revelar suas contradições, anseios e desafios. Portanto, a literatura surge como um campo fértil para a contestação e reflexão sobre a condição humana, equipando-se de um poder subversivo, capaz de influenciar a percepção e as atitudes das pessoas em relação à realidade que as cerca, ao passo que, amplia-se ao conectar o individual ao coletivo e o particular ao universal.

Além disso, é possível afirmar que, a compreensão da literatura, suas nuances, e o papel que desempenha na sociedade são questões fundamentais que norteiam a sua perspectiva de resistência à opressão, indo além do mero entendimento textual e buscando constantemente pelo entendimento das forças culturais que moldam a literatura (Lins, 1967, p. 89). Nessa perspectiva, a literatura abriga a complexidade humana e conserva aquilo que o poder tenta apagar: conflitos, memórias e divergências. Sendo um trabalho com a linguagem e na linguagem. Consequentemente, a compreensão da literatura como espaço de resistência crítica requer entendê-la não apenas enquanto objeto estético, mas como forma de produção social de sentidos.

Conforme afirma Orlandi (2000, p.48), “nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente”. Se o discurso constrói mundos, a literatura, que se constitui como um discurso, pode igualmente contestar mundos impostos, tornando visível o que o poder deseja ocultar, reescrevendo memórias e contra narrativas que escapam à lógica dominante.

De modo complementar, o item seguinte dedica-se à discussão da obra enquanto disrupção, distopia e da ficção distópica, enquanto forma narrativa que opera como crítica social e política da modernidade. Parte-se da compreensão da distopia como construção literária que exacerba tensões já presentes no real, revelando os riscos da alienação e do controle. Nesse contexto, a obra *1984*, de George Orwell, será analisada como narrativa distópica exemplar, cuja estrutura ficcional e cujos dispositivos narrativos evidenciam a radicalização de mecanismos de dominação.

1.4 Disrupção, distopia e ficção

Isto posto, a presente obra passa-se a ser compreendida como uma literatura disruptiva, denotando a força estética e política do romance. Com isso, Dutra (2003) em análise da obra de Campos de Carvalho, discorre que a literatura disruptiva rompe intencionalmente com as convenções narrativas tradicionais, subvertendo estruturas lineares, desestabilizando expectativas e tensionando formas literárias já cristalizadas. Trata-se de uma escrita que não busca apenas representar o real, mas intervir nele, de modo a provocar deslocamentos na percepção do leitor. A ruptura formal, estética ou temática, é aqui, elemento essencial, pois obriga o leitor a confrontar aquilo que, no cotidiano, costuma ser naturalizado.

Em paralelo a obra de Orwell, torna-se evidente que o autor adota uma estrutura literária que se coloca frontalmente contra as normas narrativas do romance clássico, pois a sua construção não se limita ao relato ficcional, mas opera como dispositivo crítico. A forma romanesca marcada pela frieza descritiva, pela narrativa quase documental e pela atmosfera claustrofóbica, produz estranhamento no leitor. Essa escolha formal é, ela mesma, disruptiva, visto que ao invés de oferecer catarse, oferece inquietação, ao invés de imergir o leitor em um mundo distante, faz com que ele reconheça naquele universo traços inquietantemente familiares. Portanto, compreender *1984* como literatura disruptiva significa reconhecer que o romance se opõe ao silenciamento totalitário e preserva a memória, e lembra aquilo que a política tenta apagar e o poder tenta suprimir.

Enquanto gênero literário, a distopia se caracteriza como uma narrativa crítica que constrói realidades sociais indesejáveis, marcadas por regimes opressivos e totalitários sobre o indivíduo. Conforme salienta Pavloski (2014), a distopia não se limita à representação de um regime autoritário, mas revela um modelo de sociedade no qual o poder incide diretamente

sobre a subjetividade, regulando pensamento, linguagem, memória e comportamento. À vista disso, a distopia consagra-se como uma forma literária que denuncia a anulação do indivíduo enquanto sujeito histórico, mostrando como o controle não opera apenas por coerção física, mas por mecanismos mais sutis e eficazes, como a vigilância constante, a padronização do discurso e a manipulação simbólica.

Diferentemente da utopia clássica, que projeta sociedades ideais como horizonte de transformação, a distopia opera por meio da exacerbação de tendências já presentes na realidade histórica, expondo seus desdobramentos mais extremos. Assim, a ficção distópica não imagina um futuro improvável, mas radicaliza elementos do presente para revelar os riscos da apatia política, da alienação social e da naturalização do controle. Dessa forma, a distopia emerge como resposta estética e política a esse esvaziamento: ao invés de propor mundos ideais, ela denuncia a impossibilidade de mudança quando a sociedade abdica do pensamento crítico.

É nesse horizonte que *1984*, se insere como uma alegoria da luta entre dominação ideológica e resistência cultural, pois, a narrativa orwelliana expõe um mundo construído a partir da intensificação de práticas já reconhecidas, tais como a vigilância, manipulação da linguagem, controle da memória e submissão ideológica, assim, a história centra-se na anulação do indivíduo enquanto sujeito histórico e crítico.

Na obra, o personagem O'Brien, destaca o conceito de distopia. Vejamos:

Poder significa provocar dor e humilhação. Poder significa demolir mentes humanas e montá-las de acordo com suas escolhas. Está começando a entender que tipo de mundo estamos criando? É o oposto perfeito das utopias estúpidas e hedonistas imaginadas pelos antigos reformistas. Um mundo de medo e traição e tormento, um mundo pautado em pisotear e ser pisoteado, um mundo que não se tornará menos, e sim mais impiedoso à medida que for se refinando. O progresso do nosso mundo vai ser o progresso da dor. As antigas civilizações diziam ser fundadas sobre o amor ou a justiça. A nossa é fundada sobre o ódio. No nosso mundo não existirão sentimentos a não ser o medo, a raiva, o triunfo e a autodegradação. Tudo mais será destruído – tudo. Já estamos destruindo os hábitos de pensamento que sobreviveram à época anterior à Revolução.[...] Não haverá nenhum senso de lealdade, a não ser em relação ao Partido. Não haverá amor, a não ser pelo Grande Irmão. Não haverá riso, a não ser o de triunfo sobre o inimigo derrotado. Não haverá arte, nem literatura, nem ciência. Quando formos onipotentes, não precisaremos da ciência. [...] Mas sempre – não se esqueça disso, Winston –, sempre haverá embriaguez do poder, cada vez maior e mais sutil. Sempre, a qualquer momento, haverá a emoção da vitória, a sensação de pisotear um inimigo indefeso. Se quiser uma imagem do futuro, imagine uma bota pisoteando um rosto humano – para sempre (Orwell, 2022, p. 311).

O controle exercido pelo Partido não se limita às ações externas, mas incide diretamente sobre a interioridade, eliminando a possibilidade de autonomia do pensamento do sujeito. O indivíduo é progressivamente esvaziado de sua identidade, tornando-se mero prolongamento do sistema, as pessoas são apenas funções políticas do Partido. A distopia, nesse caso, evidencia a transformação do sujeito em objeto de controle total, logo, a ficção distópica, não apenas descreve um regime autoritário, mas revela o funcionamento profundo de uma sociedade que naturaliza a vigilância e o apagamento da subjetividade (Pavloski, 2014).

De modo semelhante, a própria obra, enquanto ficção, é apresentada como espaço de resistência e possibilidade crítica. Conforme destaca Romeu Martins (2022), a esperança reside na ficção, é entendida como o lugar em que ainda é possível pensar, preservar a memória e impedir que o imaginário distópico se converta em realidade concreta. Ao retomar o apelo de Orwell para que o leitor não permita que os eventos narrados se concretizem, Martins (2022) sugere que *1984* não deve ser lida como uma narrativa distante ou meramente especulativa, mas como um chamado à responsabilidade histórica, ultrapassando a condição de obra literária isolada.

Dessa forma, a partir da afirmativa: “esperança reside na ficção”, Martins (2022) aponta para a função social da literatura enquanto espaço de pensamento crítico, de modo que a obra literária não silencia as contradições, mas, as expõe, rompe consensos e, ao fazê-lo, afirma a subjetividade frente aos sistemas que buscam diluí-la. Assim, se a ficção é esperança, é porque a realidade flerta constantemente com o abismo que Orwell narra. A obra não imagina apenas um futuro hipotético, que pode algum dia acontecer, mas ela denuncia estruturas de poder já vistas na história, expondo como regimes totalitários operam por meio da manipulação discursiva, do controle da memória e da supressão da subjetividade. A ficção, nesse quadro, torna-se campo de resistência e alerta histórico, deixando de ser apenas construção imaginária e se convertendo em provocação histórica.

Igualmente, a ficção mantém viva a capacidade de imaginar outros mundos e, portanto, de recusá-los quando se tornam ameaça. A denúncia histórica presente em *1984* convoca o leitor a agir antes que a ficção se torne relato, assim, a obra ensina que não basta reconhecer o totalitarismo depois de instaurado, é preciso identificar seus sinais enquanto ainda há palavras para dizer, lembrar e resistir. *1984* não é fuga, mas enfrentamento, arquivo, memória, testemunho e alerta, pois a obra denuncia o passado para impedir o futuro. Ao

transformar o medo político em narrativa literária, Orwell assegura que a palavra sobreviva onde o poder deseja silêncio, por isso, “tornar 1984 ficção novamente” (Martins, 2022, p.24) não é apenas um apelo editorial, é uma exigência histórica.

Orwell, ao construir uma distopia extrema, rompe com a apatia social, convocando o leitor a reconhecer os sinais do autoritarismo antes que se tornem irreversíveis. A obra revela que o maior perigo não está apenas no controle explícito, mas na passividade social que o permite. Nesse sentido, *1984* confirma a potência da distopia como forma literária de denúncia, capaz de expor as contradições da modernidade e de tensionar os limites entre ficção e realidade, não só como ficção distópica mas também consagrando-se como uma ficção crítica e alerta histórico.

Ao percorrer, neste primeiro capítulo, os percursos históricos e simbólicos de *1984*, a configuração do universo de Oceânia sob a vigilância do Grande Irmão, a emergência de uma literatura contracorrente e a caracterização da obra enquanto ficção distópica, impõe-se avançar para uma reflexão de ordem estética e histórico-filosófica a fim de compreender por que o romance, enquanto gênero narrativo, se apresenta como forma privilegiada para expressar essas contradições da modernidade. Assim, o capítulo seguinte desloca o foco da obra enquanto distopia para o romance como forma necessária da modernidade, investigando a cisão entre homem e mundo e a consequente redução da literatura enquanto expressão crítica e imaginária, à luz da teoria do romance e das transformações históricas que atravessam a experiência moderna.

2. O ROMANCE COMO FORMA NECESSÁRIA DA MODERNIDADE

O surgimento do romance como gênero literário dominante na modernidade não pode ser compreendido como um fenômeno meramente estético ou formal, mas como resposta histórica às profundas transformações sociais, políticas e simbólicas que reconfiguraram a experiência humana. A dissolução das estruturas tradicionais de sentido, o enfraquecimento dos vínculos e a fragmentação da vida social instauraram um cenário no qual a totalidade, antes vivida de modo orgânico, tornou-se inalcançável, no mundo moderno. É nesse contexto que o jovem Gyorgy Lukács elabora sua obra *A Teoria do Romance*¹, ao qual compreende o romance como a forma literária própria de um mundo marcado pela cisão entre sujeito e realidade.

Para Lukács (2000), a epopeia antiga só foi possível em uma sociedade na qual o indivíduo encontrava no mundo exterior uma correspondência imediata com seus valores interiores. O herói épico não buscava sentido, pois o sentido já estava dado. A modernidade, entretanto, rompe essa unidade: o mundo deixa de oferecer respostas totalizantes, e o sujeito passa a viver uma existência problemática, atravessada pela perda de orientação e pela instabilidade histórica e pela dissolução das certezas metafísicas. O romance emerge, assim, como forma narrativa capaz de simbolizar essa condição, transformando a fragmentação em princípio estético (Lukács, 2000).

Essa perspectiva teórica permite compreender *1984*, de George Orwell, não apenas como uma obra de crítica política ao totalitarismo, mas como um romance profundamente enraizado nas contradições da modernidade. Estando inserida no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em meio ao avanço de regimes autoritários e à crise das democracias liberais, a obra articula forma literária e conteúdo histórico de modo indissociável. O universo narrativo da obra encena uma sociedade na qual a cisão entre sujeito e mundo atinge seu grau máximo, e a totalidade social se apresenta como estrutura opressiva, fechada e inquestionável.

Desse modo, este capítulo propõe analisar *1984* à luz da teoria do romance do jovem Lukács, compreendendo a obra como realização exemplar do romance moderno. Parte-se da figura do homem cindido, categoria central para a compreensão do gênero romanesco, para,

¹ *A Teoria do Romance* marca a fase pré-marxista do autor, sendo redigida entre os anos de 1914 e 1915, publicada inicialmente em 1916 na Revista *Zeitschrift für Ästhetik und Allgemeine Kunstwissenschaft* (Revista de Estética e História Geral da Arte) de Max Dessoir. Após, em 1920, foi publicada em formato de livro, em Berlim, por P. Cassirer, editor e galerista de arte alemão.

em seguida, examinar como a literatura, enquanto expressão crítica, imaginária e simbólica, é reduzida e instrumentalizada no universo totalitário do romance. O objetivo é demonstrar que o romance não é apenas o gênero escolhido por Orwell, mas a forma necessária para narrar a experiência histórica que a obra problematiza.

2. 1 A cisão do homem e do mundo

A noção de cisão entre sujeito e mundo ocupa posição central na teoria do romance elaborada pelo jovem Lukács. Para o autor, a modernidade inaugurou uma ruptura estrutural entre interioridade e realidade objetiva, rompendo a unidade simbólica que caracterizava as sociedades pré-modernas. Essa ruptura não é apenas existencial, mas histórica: resulta de transformações sociais profundas, como a consolidação do capitalismo, a racionalização da vida e o esvaziamento das formas tradicionais de sentido.

O mundo moderno, segundo Lukács (2000), é um mundo “abandonado por Deus”, no qual a totalidade deixou de ser experiência imediata e passou a existir apenas como ideal perdido.

O romance é a epopéia do mundo abandonado por deus; a psicologia do herói romanesco é a demoníaca; a objetividade do romance, a percepção virilmente madura de que o sentido jamais é capaz de penetrar inteiramente a realidade, mas de que, sem ele, esta sucumbiria ao nada da inessencialidade - tudo isso redundando numa única e mesma coisa, que define os limites produtivos, traçados a partir de dentro, das possibilidades de configuração do romance e ao mesmo tempo remete inequivocamente ao momento histórico-filosófico em que os grandes romances são possíveis, em que afloram em símbolo do essencial que há para dizer. (Lukács, 2000, p. 89-90)

Desse modo, “o romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade; seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, que busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência” (Lukács, 2000, p. 91). Diferentemente da epopeia, em que o homem encontrava-se em unidade com o mundo, estando em um perfeito equilíbrio e harmonia de conflitos com a figura do divino, o sujeito moderno percebe que algo se rompeu e, a partir dessa consciência, passa a buscar, ainda que de forma fragmentária, um sentido para sua existência. O romance passa a expressar exatamente esse movimento: ele narra a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo, não como retorno pleno à unidade originária, mas como esforço contínuo de recomposição simbólica da totalidade. Assim, mesmo sabendo que a reconciliação

completa é impossível, o herói romanesco insiste na busca, pois é nela que reside sua humanidade.

Lukács (2000) compreende que, no mundo moderno, a unidade já não se apresenta mais como uma experiência imediata e orgânica, como no universo épico. Agora, ela só pode existir como projeto, um horizonte desejado. O romance, portanto, não oferece uma síntese pronta, mas encena a tensão entre o desejo de totalidade e a impossibilidade histórica de alcançá-la. Essa tensão constitui a própria força motriz da narrativa romanesca. Obras clássicas como *Dom Quixote de La Mancha*², de Miguel de Cervantes, e *Madame Bovary*³, de Gustave Flaubert, exemplificam esse movimento, ao apresentarem personagens que, em confronto com a realidade histórica e social, revelam descompasso entre a idealização e o mundo concreto. Assim, a forma do romance nasce do conflito entre a interioridade do sujeito e um mundo que já não lhe corresponde, transformando essa fratura em estrutura estética.

Nesse sentido, o herói moderno é aquele que busca a unidade no caos, que tenta atribuir sentido a um mundo esvaziado de referências. Logo, o romance passa a ser o espaço onde o sujeito tenta recuperar de alguma maneira a totalidade, mesmo sabendo que essa recuperação é sempre parcial, inacabada e provisória. Trata-se de um movimento trágico, pois o herói luta contra um mundo insuficiente, mas, ao mesmo tempo, profundamente humano, porque insiste em buscar sentido onde ele já não está mais dado.

² A obra *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes (1547 – 1616), publicada originalmente em duas partes (1605 e 1615), é considerada um marco fundador do romance moderno. A obra narra as aventuras de Alonso Quijano, um fidalgo que, influenciado pela leitura excessiva de romances de cavalaria, passa a se autodenominar Dom Quixote e decide tornar-se cavaleiro andante. A narrativa constrói um permanente conflito entre ideal e realidade, evidenciando a fragmentação do sujeito moderno e a crise dos valores heroicos tradicionais. Conforme analisa Montenegro (2005), *Dom Quixote* inaugura uma nova forma de narrar ao ironizar os modelos épicos e expor o descompasso entre o imaginário idealizado e o mundo histórico concreto. Nesse sentido, a obra encena a impossibilidade de totalidade, uma vez que o herói já não encontra correspondência entre seus ideais e a realidade social, assim, *Dom Quixote* se figura como expressão literária da crise da unidade épica e da emergência do sujeito problemático.

³ *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert (1821 – 1880), publicada em 1857, narra a trajetória de Emma Bovary, jovem criada em um convento e profundamente influenciada pela leitura de romances sentimentais, que se casa com Charles Bovary, um médico provinciano. Frustrada com a monotonia do casamento e da vida no interior da França, Emma passa a projetar nos ideais românticos a promessa de uma existência marcada por paixão, luxo e intensidade emocional. Em busca dessa vida idealizada, envolve-se em relações extraconjugais e em sucessivos consumismos, acumulando dívidas que a conduzem à ruína moral, social e financeira. Sua incapacidade de conciliar fantasia e realidade evidencia o conflito central do romance: o choque entre o imaginário romântico e as limitações impostas pela sociedade burguesa do século XIX. Conforme observa Coutinho (2005), Flaubert constrói uma crítica contundente ao sentimentalismo romântico, expondo suas ilusões e efeitos destrutivos. Estudos como os de Ribeiro (2024) e Barreiros, Machado e Gomes (2019) ressaltam que Emma representa a crise do sujeito moderno, aprisionado entre desejo, frustração e impossibilidade histórica de realização plena. Assim, o romance revela a inadequação e a fratura individual frente a sociedade, exemplificando o romance clássico como forma estética que dramatiza a tensão entre aspiração subjetiva e realidade.

Desse modo, o romance nasce exatamente dessa fratura em um mundo problemático, sem representação e composição, no qual o sujeito já não se reconhece na realidade que o cerca. A cisão torna-se, assim, não um tema secundário, mas o princípio estruturante da forma romanesca, as “contradições específicas desta sociedade, bem como os aspectos específicos da arte burguesa, encontram sua expressão mais plena justamente no romance” (Lukács, 2000, p. 87).

Nesse cenário, a literatura deixa de narrar feitos heroicos e passa a narrar conflitos internos, impasses morais e buscas inconclusas. O sujeito moderno não age em consonância com o mundo, ele o interroga, o enfrenta e, muitas vezes, fracassa diante dele. A forma do romance acompanha essa condição, recusando soluções totalizantes e expondo a instabilidade do sentido. A cisão sujeito–mundo não é resolvida pela narrativa, mas dramatizada por ela, convertendo-se em matéria estética.

O processo segundo o qual foi concebida a forma interna do romance é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo, o caminho desde o opaco cativo na realidade simplesmente existente, em si heterogênea e vazia de sentido para o indivíduo, rumo ao claro autoconhecimento (Lukács, 2000, p.82)

A figura do herói problemático constitui uma das categorias fundamentais da teoria lukacsiana do romance. Em oposição ao herói épico, que encarna valores universais e age em um mundo integrado, o herói romanesco é um indivíduo isolado, cuja interioridade entra em conflito permanente com a realidade social. O romance é a narrativa da busca por valores autênticos em um mundo que já não os oferece de maneira imanente. Trata-se de uma busca necessariamente marcada pelo fracasso, pois a modernidade não permite a reconciliação plena entre sujeito e totalidade (Lukács, 2000).

Essa concepção transforma radicalmente o papel da narrativa. O romance não se propõe a ensinar, moralizar ou reconciliar, mas a expor a condição problemática do sujeito moderno. Canhoto (2016), discorre no debate entre Lukács, Benjamin e Adorno⁴, que a

⁴ O debate entre Lukács, Benjamin e Adorno, conforme sistematizado por Canhoto (2016), problematiza a transformação histórica do narrador e da narração no interior do gênero romanesco ao longo da história. Lukács compreende o romance como a “epopeia burguesa”, forma estética própria da modernidade, na qual se expressam as contradições do mundo capitalista e a cisão entre sujeito e realidade. Benjamin, por sua vez, analisa o declínio da experiência transmissível e o desaparecimento do narrador tradicional, substituído pela figura solitária do leitor do romance, fenômeno associado ao avanço da imprensa e à mercantilização da cultura. Já Adorno investiga o romance contemporâneo sob a ótica do mundo administrado, apontando o esvaziamento da experiência, a crise da objetividade narrativa e o deslocamento da função do narrador frente à indústria cultural. Embora partam de perspectivas distintas, os três autores convergem ao compreender que as transformações sociais e históricas da modernidade alteraram profundamente o conteúdo narrado e a própria configuração do narrador, fazendo do romance a forma privilegiada para expressar a crise da experiência, a fragmentação do sujeito e as contradições da sociedade burguesa.

modernidade inaugura também uma crise da experiência e da narração tradicional, sendo que o narrador deixa de ser portador de uma sabedoria coletiva e passa a expressar a solidão do indivíduo moderno, incapaz de transmitir experiências compartilháveis.

Nesse sentido, o romance torna-se a forma literária adequada para representar a negatividade da experiência moderna. A narrativa não conduz à síntese, mas à exposição das contradições. O herói não triunfa: ele resiste, busca, erra e, muitas vezes, sucumbe. Essa estrutura narrativa reflete a própria impossibilidade de integração do sujeito ao mundo social, fazendo do romance a forma estética da crise, capaz de abarcar a heterogeneidade da modernidade, a fragmentação e a incompletude do homem moderno.

A figura de Winston Smith, protagonista de *1984*, exemplifica de maneira contundente o conceito do jovem Lukács, sobre o homem cindido. Winston vive em um mundo no qual a totalidade social se apresenta como força opressiva e inquestionável. O Partido controla não apenas as instituições políticas, mas a linguagem, a memória e o pensamento, eliminando qualquer possibilidade de mediação entre interioridade e realidade objetiva. Ele, por sua vez, mantém uma consciência crítica fragmentária, marcada por dúvidas, lembranças difusas e impulsos de resistência que não encontram correspondência no mundo exterior.

Ele se deu conta de que aquilo que de fato caracterizava a vida moderna não eram a crueldade e a insegurança, e sim a cruzeza, a melancolia e a indiferença. Olhando ao redor, era possível constatar que a vida era bem diferente não só de mentiras emitidas pela teletela, mas inclusive dos ideias que o Partido buscava atingir. [...] O ideal pregado pelo partido era uma coisa imensa, terrível e reluzente. (Orwell, 2022, p. 104)

Essa condição evidencia a cisão radical entre sujeito e mundo: exteriormente, Winston é um funcionário obediente, interiormente, é um sujeito em conflito permanente. Sua busca por sentido, marcado no ato de escrever, de amar, de lembrar, são gestos de resistências como tentativas de recompor fragmentos de sentido em um mundo que sistematicamente os destrói, não encontrando possibilidade de realização, pois o mundo social não admite desvios. Tal configuração confirmaria a tese lukacsiana de que o herói do romance moderno é um indivíduo deslocado, cuja interioridade se choca continuamente com uma realidade hostil e fechada. Winston é um herói problemático: sua busca por autenticidade ocorre em um mundo que já não oferece condições para a realização dessa busca.

A forma romanesca revela-se, assim, indispensável para narrar essa experiência. Apenas o romance, enquanto gênero capaz de articular subjetividade, historicidade e conflito,

pode dar conta da condição de Winston Smith. A narrativa de *1984* não oferece reconciliação nem redenção, ela expõe a derrota do sujeito diante de uma totalidade social que absorve e neutraliza qualquer tentativa de resistência. Essa ausência de síntese não representa falha estética, mas coerência histórica com a experiência que o romance busca representar.

A condição de cisão vivida por Winston Smith, evidencia que o conflito entre sujeito e mundo não se limita à esfera da experiência individual, mas se estende ao plano simbólico e cultural. Se o homem moderno encontra-se fragmentado e privado de mediações capazes de produzir sentido, a literatura enquanto forma de elaboração imaginária dessa experiência também sofre um processo de esvaziamento. É a partir dessa constatação que o tópico seguinte se dedica a analisar a redução da literatura enquanto expressão crítica e imaginária, investigando como a instrumentalização da forma literária contribui para a alienação e para a manutenção do poder no universo orwelliano.

2.2 A redução da literatura enquanto expressão crítica e imaginária

Na perspectiva do jovem Lukács, a literatura exerce função simbólica fundamental, atuando como mediação entre o sujeito e o mundo ao oferecer uma expressão crítica e imaginária da totalidade social. Ainda que a totalidade não seja mais vivida de maneira orgânica na modernidade, ela permanece como horizonte ético e estético da forma romanesca. A literatura, nesse sentido, não restitui a unidade perdida, mas a simboliza, permitindo ao sujeito reconhecer a fratura que o separa do mundo. Como observa Silva (2006) em *O Símbolo Esvaziado*, o romance transforma a cisão em símbolo, fazendo da perda da totalidade o próprio conteúdo formal da obra. Assim, em uma sociedade marcada por rupturas históricas, o romance, ao refletir a vida social, expressa tensões e permite ao leitor tomar consciência das relações de poder que moldam sua existência (Silva, 2006).

A imaginação literária ocupa papel central nesse processo. É por meio dela que a experiência fragmentada pode ser organizada simbolicamente, ainda que sem alcançar uma síntese reconciliadora. A literatura, enquanto expressão crítica e imaginária, permite ao sujeito elaborar conflitos históricos, sociais e existenciais, produzindo narrativas e imagens simbólicas que condensam sentidos não imediatamente acessíveis na experiência cotidiana. Trata-se de uma imaginação mediada pela linguagem, que não reproduz a realidade de forma passiva, mas a reconfigura criticamente. Assim, mesmo marcada pela crise, a literatura

moderna preserva sua dimensão política e reflexiva: ela expõe o mundo como problema e convoca o leitor a pensar sobre as condições históricas e sociais que produzem essa problemática.

Entretanto, quando essa função simbólica é comprometida, a literatura perde sua capacidade mediadora. A redução da imaginação implica a redução do próprio sujeito, uma vez que a forma literária deixa de operar como espaço de elaboração crítica da experiência. É justamente esse processo que *1984* dramatiza, ao apresentar uma sociedade na qual a literatura é sistematicamente esvaziada de sua potência crítica e imaginária: a literatura não é simplesmente apagada ou destruída, ela é apropriada e reorganizada pelo Partido. Há romances, poemas, canções e narrativas, mas todos são produzidos por máquinas, sob rígido controle ideológico. Trata-se de uma literatura sem autoria, sem experiência e sem imaginação. O Partido não elimina a forma literária, ele a transforma em simulacro, esvaziando-a de qualquer conteúdo crítico ou simbólico. Winston nos revela:

Assim, que todas as correções consideradas necessárias em determinada edição do *Times* fossem reunidas e coladas, a edição seria reimpressa, a cópia original, destruída, e a corrigida, colocada em seu lugar nos arquivos. Esse processo de alteração contínua era aplicado não só a jornais, mas também a livros, periódicos, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, gravações sonoras, cartuns, fotografias – **qualquer tipo de literatura ou documentação** passível de conter alguma relevância política ou ideológica. Dia a dia, quase minuto a minuto, o passado era atualizado (Orwell, 2022, p. 69 - grifo acrescido)

Em outro trecho, Winston continua:

E o Departamento de Registros era apenas uma das ramificações do Ministério da Verdade, cuja função principal não era reconstruir o passado, e sim fornecer aos cidadãos da Oceânia jornais, filmes, livros didáticos, programas de teletelas, peças teatrais, romances – toda e qualquer forma concebível de informação, instrução e entretenimento, de uma estátua a um slogan, de um poema lírico a um tratado biológico, de uma cartilha de ensino infantil a um dicionário de um novofalar (Orwell, 2022, p. 72).

Nesse sentido, a literatura, enquanto expressão da subjetividade humana, é suprimida em favor de textos técnicos e doutrinários. Orwell (2022, p. 84), destaca: “Toda literatura do passado vai ter sido destruída. Chaucer, Shakespeare, Milton, Byron — eles só vão existir na versão do novofalar...”. Assim, o regime aniquila a memória cultural, impedindo a formação de uma consciência crítica e a possibilidade de resistência simbólica.

Esse fenômeno pode ser compreendido à luz da crítica à cultura. Conforme Canhoto (2016), a modernidade capitalista tende a transformar a arte em produto padronizado, submetido à lógica da reprodução e da funcionalidade social. Em *1984*, essa lógica é

radicalizada: a literatura passa a existir apenas enquanto instrumento de reprodução ideológica, perdendo sua autonomia estética e sua capacidade de expressar a experiência humana. A produção literária oficial de Oceânia não nasce da interioridade de um sujeito, mas de um sistema automatizado. Não há narrador no sentido pleno do termo, há apenas enunciadores programados para repetir fórmulas. Essa literatura não narra conflitos, não elabora contradições, não produz imagens simbólicas, ela apenas reforça o discurso do poder. O resultado é uma cultura literária que existe formalmente, mas está vazia de sentido.

Em contraste com a literatura produzida pelo Partido, o diário de Winston Smith representa o último vestígio da literatura como expressão crítica. Sua escrita não obedece a normas estéticas tradicionais, tampouco busca reconhecimento público, trata-se de um gesto existencial, por meio do qual o sujeito tenta reescrever sua experiência em um mundo que a nega. Ao escrever, Winston produz imagens, memórias e sentidos que escapam ao controle ideológico, reintroduzindo sentido onde o regime tenta instaurar um vazio, a escrita clandestina resiste ao apagamento discursivo imposto pela redução do vocabulário, reduzindo também a capacidade de pensamento. Vejamos:

Ele se perguntou outra vez para quem estava escrevendo o diário. Para o futuro, para o passado — para uma época que poderia ser imaginária. E diante dele não estava a morte, mas a aniquilação. O diário seria reduzido a cinzas, e ele, a vapor. Apenas a Polícia do Pensamento leria o que escreveu, antes que apagassem sua existência da memória. Como fazer um apelo para o futuro se nem um vestígio da pessoa, nem ao menos uma palavra anônima escrita em uma folha de papel, poderia ter sua sobrevivência física garantida? [...] Ele era um fantasma solitário entoando uma verdade que ninguém jamais ouviria. Mas, enquanto o fizesse, de alguma forma obscura a continuidade não seria quebrada. Não era se fazendo ouvir, e sim mantendo a sanidade, que se passava adiante o legado da humanidade. Ele voltou à escrivaninha, molhou a caneta na tinta e escreveu: *Ao futuro ou ao passado, a um tempo em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros e não vivam sozinhos — a um tempo em que a verdade exista e o que é feito não pode ser desfeito: Da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplopensar — saudações!* Ele já estava morto, refletiu. Pareceu-lhe que só então, quando conseguiu formular seus pensamentos, foi tomado o passo decisivo. As consequências de cada ato estavam incluídas no ato em si. Ele escreveu: *O crime de pensamento não leva à morte: o crime de pensamento é a morte* (Orwell, 2022, p. 57).

Esse gesto pode ser compreendido como profundamente romanesco à luz da teoria do jovem Lukács, sendo que o diário encarna a busca por sentido em um mundo fragmentado, ainda que essa busca esteja condenada ao fracasso. Winston escreve porque precisa elaborar sua cisão, mesmo sabendo que não haverá reconciliação. A escrita torna-se, assim, forma de resistência simbólica, ainda que precária e solitária. A proibição dessa escrita revela que o perigo não está somente na literatura enquanto objeto material, mas na imaginação crítica que

ela convoca. O Partido tolera a literatura enquanto simulacro, mas não admite a literatura enquanto expressão da interioridade. O diário de Winston ameaça o regime porque reinstaura a relação entre sujeito e experiência, condição indispensável para qualquer forma de consciência crítica.

Sob o mesmo ponto de vista, o projeto da *novilíngua* ocupa lugar central nesse processo de redução da literatura, visto que ao restringir o vocabulário e eliminar palavras consideradas perigosas, o Partido não apenas controla a comunicação, mas limita as possibilidades do pensamento e da imaginação. Como consequência, a literatura perde sua capacidade de criar imagens complexas, metáforas e ambiguidades, elementos essenciais para a elaboração simbólica da experiência.

Logo, quando a linguagem é empobrecida, a literatura torna-se incapaz de simbolizar a totalidade, ainda que de maneira negativa. A *novilíngua*, ao reduzir o campo semântico, reduz também o campo imagético do sujeito. Não se trata apenas de censura, mas de um ataque direto à imaginação como faculdade humana. Esse empobrecimento do imaginário, dialoga com a crise da experiência analisada por Benjamin (2002), entendida como o esvaziamento da experiência transmissível, a perda da memória coletiva e a substituição da narração pela informação imediata, pois, se na modernidade já se produz uma atrofia da experiência transmissível, em *1984*, essa atrofia é institucionalizada. Assim, a linguagem deixa de ser espaço de memória e torna-se mecanismo de esquecimento, e a literatura, privada de imagens e de negatividade, converte-se em simples veículo de informação ideológica. Em *1984*, a *novilíngua* encena de forma extrema esse processo, demonstrando que controlar a linguagem é controlar a realidade, o pensamento e, em última instância, a própria subjetividade.

Por fim, ante o exposto no capítulo, reafirma-se que o romance, enquanto gênero narrativo, não é um resíduo de uma forma literária em crise, mas um instrumento crítico indispensável para compreender as contradições da modernidade. Em *1984*, a forma romanesca permite articular subjetividade, historicidade e crítica social, demonstrando que a literatura, mesmo sob ameaça, ainda pode preservar a consciência da fratura. No capítulo seguinte, serão analisados os mecanismos da linguagem e controle discursivo presentes na obra, exercidos pelo Partido.

3. LINGUAGEM, IDEOLOGIA E DISCURSO

No universo distópico de *1984*, a dominação política não se sustenta apenas pela coerção física, pela vigilância ou pela repressão direta, mas, sobretudo, pelo controle sistemático da linguagem e do discurso. O Partido institui um regime discursivo absoluto, no qual a realidade é permanentemente reconfigurada conforme seus interesses políticos, pois compreende que governar corpos é insuficiente: é preciso governar consciências. Assim, a linguagem deixa de ser espaço de comunicação para converter-se em instrumento de poder, por meio do qual se fabricam verdades, moldam-se subjetividades e administram-se a memória e o pensamento. Desse modo, a obra de George Orwell apresenta um cenário em que o controle discursivo constitui o eixo central da manutenção do regime totalitário.

Neste capítulo, busca-se compreender como a linguagem, em *1984*, constitui-se como um dos principais instrumentos de dominação ideológica e de exercício do poder. Partindo da compreensão da Análise do Discurso, de que a língua não é neutra, mas atravessada por relações históricas, políticas e sociais, analisa-se de que modo o Partido opera a manipulação dos sentidos para controlar o pensamento e naturalizar a submissão, culminando diretamente na literatura.

Nesse horizonte, este capítulo mobiliza os conceitos de linguagem, discurso e ideologia a partir das contribuições teóricas de Eni Pucinelli Orlandi (1987; 1996; 2000) e José Luiz Fiorin (2007), encontrando apoio nas contribuições de Débora Tavares (2021), compreendendo a linguagem como prática social historicamente situada, atravessada por relações de poder e por processos ideológicos. Tais referenciais possibilitam entender o discurso como espaço privilegiado de produção, circulação e controle de sentidos. A partir desse arcabouço teórico, passa-se, então, à apresentação dos principais mecanismos discursivos empregados pelo Partido em *1984*, conforme expostos na obra, sem pretensão inicial de interpretação aprofundada, mas buscando descrever seu funcionamento interno. Serão abordados, especialmente, os princípios do *socing*, a prática do *duplopensar* e a implementação do *novofalar* (ou *novilíngua*), instrumentos responsáveis por reorganizar o pensamento e limitar o campo de expressão dos indivíduos.

Assim, ao longo do capítulo, serão apresentados esses dispositivos conforme aparecem no romance, evidenciando como cada um deles contribui para a consolidação do controle

ideológico do Partido. A proposta é demonstrar, a partir do próprio texto literário, de que maneira a linguagem se torna ferramenta estratégica de dominação, servindo com base para análises posteriores sobre seus efeitos na constituição do sujeito.

3.1 A linguagem como fenômeno social

A linguagem constitui um dos pilares fundamentais da organização social, uma vez que é por meio dela que os sujeitos constroem sentidos, compartilham experiências, elaboram identidades e interpretam o mundo. Mais do que um simples instrumento de comunicação, a língua configura-se como prática social historicamente situada, atravessada por valores, crenças e disputas simbólicas. Nesse sentido, compreender a linguagem requer reconhecê-la como espaço de produção de sentidos e como elemento estruturante das relações humanas.

Dessa forma, mobiliza-se, aqui, o conceito de linguagem, às vistas da Análise do Discurso, em Orlandi (2000, p.15), o qual concebe a linguagem como sendo a “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”, isto é, o mecanismo de interação entre dois falantes, que possibilita o surgimento do discurso, esse, “é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando” (Orlandi, 2000, p. 15). A autora ainda reforça que a linguagem não é transparente, pois, nem os sujeitos, nem os sentidos, nem a própria língua são neutros. Tudo se constitui historicamente. Dessa forma, falar é sempre falar a partir de um lugar social, espaço geográfico, contexto social, histórico e ideológico. Se a linguagem é a capacidade humana de significar o mundo, a língua constitui seu sistema material, historicamente construído (Orlandi, 2000).

Nessa mesma direção, Fiorin (2007) afirma que “a linguagem é um fenômeno extremamente complexo, que pode ser estudado de múltiplos pontos de vista, pois pertence a diferentes domínios. É, ao mesmo tempo, individual e social, física, fisiológica e psíquica” (Fiorin, 2007, p. 9). Tal afirmação, evidencia que a linguagem não se restringe somente à função meramente comunicativa, mas articula dimensões individuais e coletivas. Os sujeitos percebem a realidade a partir dos sistemas simbólicos que lhes são oferecidos socialmente e, dessa forma, a língua não apenas nomeia os objetos do mundo, mas organiza a experiência humana, orientando modos de pensar, sentir e agir. Assim, a linguagem não reflete passivamente a realidade, mas participa ativamente de sua construção.

Ao aprender uma língua, o sujeito aprende também uma determinada forma de ver o mundo, logo, a aprendizagem linguística “cria uma consciência verbal que une cada indivíduo aos membros de seu grupo social” (Fiorin, 2007, p. 44). Desse modo, a língua participa diretamente da constituição identitária, logo, falar uma língua é também inscrever-se em uma formação social específica. Compreendendo a linguagem como prática social, Fiorin (2007) destaca que o discurso não se reduz a palavras isoladas, mas se constrói na articulação de múltiplos elementos linguísticos. Segundo o autor:

O discurso são as combinações de elementos linguísticos (frases, conjunto de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psico-físico-fisiológica do discurso. Ele é rigorosamente individual, pois é sempre eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (Fiorin, 2007, p. 11).

Essa definição evidencia que o discurso é ação, pois ao falar o sujeito não apenas comunica, mas intervém no mundo, produzindo efeitos de sentido. Assim, a linguagem não se restringe à transmissão de informações, mas também valores ideológicos. Dessa forma, o sujeito, ao exteriorizar seu discurso, ocupa uma posição discursiva, marcada por condições sociais e ideológicas específicas que o compõem. Nesse sentido, o discurso constitui espaço de disputa simbólica, pois, ao agir sobre o mundo por meio da palavra, o sujeito participa da construção da realidade social.

Sob essa ótica, Fiorin (2007) destaca que a ideologia atua como um sistema de explicação da realidade, legitimando a ordem social vigente. Ela naturaliza desigualdades e relações de dominação, apresentando-as como inevitáveis, bem como mascara as contradições sociais, fazendo com que relações de exploração apareçam como normais ou necessárias. Esse processo se dá porque “a ideologia ‘falsa consciência’ ocorre quando se toma a aparência da realidade como se fosse a própria essência” (Fiorin, 2007, p. 29). Portanto, a ideologia não se limita à esfera do pensamento, mas se materializa na linguagem, nos discursos e nas práticas sociais.

A linguagem torna-se, assim, o principal espaço de circulação e legitimação ideológica, uma vez que não há como visualizar uma separação possível entre língua e ideologia, pois “as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia é indissociável dela. As ideias e, por conseguinte, os discursos são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos” (Fiorin, 2007, p. 33).

Em uma outra perspectiva, Débora Reis Tavares, professora e doutora em Literatura Inglesa pela Universidade de São Paulo (USP), especialista nas obras de Orwell, problematiza a leitura mais comum de *1984*, que costuma associar a obra a previsões tecnológicas ou a uma espécie de profecia sobre o futuro. Para a pesquisadora, essa interpretação reduz o alcance crítico do romance, uma vez que desloca o foco daquilo que é central em Orwell: a manipulação política da linguagem e a produção de subjetividades controladas, em seu sentido original, a obra remete-se à crítica das engrenagens discursivas do poder e à forma como a linguagem é instrumentalizada para moldar consciências (Tavares, 2021).

A autora destaca que a força de *1984* reside justamente na capacidade de expandir o olhar do leitor para compreender as tensões sociais e políticas do presente, feito que encontra-se exacerbado na manipulação da linguagem. A escrita do romance não se orienta apenas por um projeto estético formalista, mas por um compromisso ético-político: expor falácias, denunciar contradições e revelar os mecanismos de dominação que operam nas instituições (Tavares, 2021). Desse modo, a leitura proposta por Débora Tavares (2021), reforça a centralidade da linguagem como campo de disputa simbólica em *1984*, aspecto que dialoga diretamente com a presente análise. Ao evidenciar que o romance não se trata apenas de vigilância, mas, sobretudo, da construção discursiva da realidade, a autora contribui para compreender como o Partido opera por meio da reconfiguração dos sentidos, da supressão de palavras e da imposição de formas legítimas de dizer e pensar.

Em *1984*, torna-se evidente que a manipulação discursiva não ocorre de modo aleatório, mas obedece a uma lógica sistemática e institucionalizada. O controle da linguagem, portanto, não se limita à alteração pontual de enunciados, mas integra um projeto ideológico mais amplo, sustentado por princípios que organizam o funcionamento do regime. É nesse contexto que se insere o *socing*, doutrina oficial do Partido, responsável por estruturar politicamente a sociedade da Oceânia e legitimar as práticas de dominação. Assim, o próximo item destina-se a compreender e apresentar seus fundamentos, sua ideologia e seus mecanismos de atuação, uma vez que é a partir deles que o controle discursivo se consolida como estratégia central de poder.

3.2 *Socing*: um princípio ideológico do Partido

No interior da narrativa de *1984*, o termo *socing* (Socialismo Inglês) constitui a doutrina oficial do Partido e funciona como eixo estruturante do regime totalitário da Oceânia. Trata-se menos de uma ideologia política no sentido clássico e mais de um dispositivo discursivo de poder, cuja função central é garantir a perpetuação da hierarquia social e a manutenção do Partido no comando. Conforme o próprio narrador explicita: “a sociedade da Oceânia se assenta em última análise na crença de que o Grande Irmão é onipotente e o Partido é infalível” (Orwell, 2022, p. 252).

Orwell (2022, p. 242) afirma que o surgimento do movimento do *socing* ocorre em meados do século XX com o intuito de “perpetuar a ausência de liberdade e igualdade”. Nesse sentido, o *socing* se configura como uma ideologia totalitária não apenas por seu conteúdo político, mas sobretudo por sua capacidade de penetrar todas as esferas da vida social e psíquica dos sujeitos. Diferentemente das ideologias clássicas, que operam no plano das ideias e programas políticos, o *socing* atua como um sistema de controle integral, regulando linguagem, memória, pensamento e afetos.

No livro atribuído a Emmanuel Goldstein, lido por Winston, intitulado “Teoria e Prática do Coletivismo Oligárquico” (Orwell, 2022, p. 221), evidencia-se que o verdadeiro objetivo do *socing* não é promover igualdade ou justiça social, mas assegurar a estabilidade de uma sociedade rigidamente estratificada. O texto afirma que, embora o discurso revolucionário prometa igualdade, na prática o resultado é a permanência da desigualdade econômica:

“O *Socing*, que surgiu do movimento socialista anterior e herdou seu linguajar, de fato realizou o item número um do programa socialista; e como resultado, não só previsto como pretendido de antemão, a desigualdade econômica se tornou permanente” (Orwell, 2022, p. 246).

Esse trecho revela o caráter contraditório da ideologia: o vocabulário socialista é preservado, mas seu conteúdo é esvaziado. Observa-se, assim, o funcionamento de uma apropriação de palavras historicamente associadas à emancipação para produzir efeitos ideológicos opostos. O *socing* opera, portanto, como uma formação discursiva que captura sentidos progressistas para produzir efeitos ideológicos opostos.

A sustentação da ideologia do *socing* ocorre por meio do controle absoluto do passado. Segundo o livro de Goldstein, a alteração histórica é “necessária por duas razões, sendo uma

delas suplementar e, por assim dizer, preventiva” (Orwell, 2022, p. 252). Em seguida, o texto afirma: “a mutabilidade do passado é o princípio fundamental do Socing. Os eventos do passado em tese não têm existência subjetiva [...] o passado é aquilo que os registros e as memórias determinarem” (Orwell, 2022, p. 253). No caso da Oceânia, o Partido controla todos os arquivos e, conseqüentemente, controla o que pode ser dito, lembrado e acreditado. A história deixa de ser um campo de investigação e se transforma em um instrumento de dominação. O *socing* não apenas reescreve fatos, mas impõe versões oficiais como únicas possíveis, anulando qualquer forma de contestação. Em 1984, esse funcionamento torna-se evidente quando o Partido monopoliza a produção da verdade. O’Brien explicita essa lógica ao afirmar a Winston: “A realidade existe na mente humana e em nenhum outro lugar. Não do indivíduo, que pode se equivocar, mas na mente do Partido, que é coletiva e imortal. Aquilo que o Partido aponta como a verdade é a verdade” (Orwell, 2022, p. 293).

Evidencia-se, também em outro trecho, quando Winston precisa alterar os documentos do Partido:

As mensagens que recebera diziam respeito a artigos ou matérias que por um ou outro motivo precisavam ser alterados, ou de acordo com a linguagem oficial, retificados. Por exemplo, o *Times* do dia 17 de março noticiara que o Grande Irmão, em seu discurso do dia anterior, previra que o front do sul da Índia permaneceria tranquilo, mas que uma ofensiva eurásiana ocorreria em breve no norte da África. Na verdade, o Alto Comando Eurásiano empreendeu um ataque no sul da Índia, ignorando o norte da África. Portanto, era preciso reescrever um parágrafo do discurso do Grande Irmão de uma maneira que o fizesse prever o que de fato aconteceu mais tarde (Orwell, 2022, p. 68)

Segundo Orlandi (1987), esse funcionamento caracteriza um discurso autoritário, no qual o sujeito não tem acesso à polissemia da linguagem, isto é, a supressão da possibilidade de múltiplos sentidos na linguagem, conduz o sujeito a aceitar sentidos pré-fabricados. Em outras palavras, isso significa que os sentidos não são negociados, mas impostos. A autora define:

Discurso autoritário: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O exagero da ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando (Orlandi, 1987, p. 154).

Nesse tipo de funcionamento discursivo, esse deixa de ser um espaço de negociação simbólica e passa a operar como um instrumento de imposição de sentidos, no qual a interpretação não é aberta, mas rigidamente controlada. O sujeito não pode ocupar outra posição discursiva que não aquela previamente determinada pela instância de poder. Assim, o

sujeito é reduzido à condição de receptor passivo, impedido de produzir leituras próprias ou questionamentos.

No contexto do *socing*, os sentidos são fixados pelo Partido e apresentados como evidências naturais, inquestionáveis. O controle da memória histórica, a reformulação constante dos fatos e a imposição de slogans paradoxais como “Guerra é paz” produzem o que Orlandi (1996) discorre sobre o efeito de evidência: “Diante de qualquer objeto simbólico ‘x’ somos instados a interpretar o que ‘x’ quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse ‘x’” (Orlandi, 1996, p. 30). O sujeito já não percebe que está diante de uma construção discursiva, pois o sentido imposto se apresenta como se fosse a própria realidade.

Além disso, a interdição da polissemia implica o bloqueio da interpretação crítica. Conforme Orlandi (1987), a polissemia é constitutiva da linguagem: “é a ‘fonte do sentido’ uma vez que é a própria condição de existência da linguagem. Se o sentido não fosse múltiplo não haveria necessidade do dizer” (Orlandi, 1987, p. 137), logo, leva-se a reconhecer que todo discurso carrega a possibilidade de deslocamento de sentidos. No entanto, o discurso autoritário opera no sentido oposto: fecha o sentido, estabiliza-o e o transforma em verdade absoluta. É especialmente por meio do *novofalar*, elemento da obra que será abordado na próxima seção, cuja função é eliminar palavras ambíguas, sinônimos e termos abstratos, reduzindo drasticamente o campo interpretativo do sujeito, que observa o funcionamento do *socing*.

Dessa forma, o sujeito da Oceânia é conduzido a aceitar sentidos pré-fabricados, não por coerção física direta, mas por um processo ideológico de naturalização discursiva. A linguagem deixa de ser espaço de construção simbólica e passa a funcionar como aparelho de controle, conforme o próprio Partido deseja, convergindo diretamente com a tese de Orlandi (1987), de que o discurso autoritário não apenas comunica, mas produz sujeitos assujeitados, moldados para repetir, reproduzir e legitimar a ideologia dominante.

É no interior do *socing* em que se consolida a negação da realidade, constituindo-se como um dos pilares centrais da manutenção do poder. Conforme exposto no livro atribuído a Goldstein, a manipulação constante do passado não se dá apenas como estratégia política, mas como reconfiguração ontológica da própria realidade. Quando o texto afirma que “o passado é aquilo que os registros e as memórias determinarem” (Orwell, 2022, p. 253), evidencia-se que

a realidade deixa de ser um dado objetivo para tornar-se produto direto do discurso institucionalizado pelo Partido. Essa dinâmica revela que os fatos não importam mais em si mesmos, mas apenas enquanto versões autorizadas. Se a Eurásia foi inimiga ontem e aliada hoje, então, discursivamente, “sempre foi aliada”. Caso os registros indiquem o contrário, estes devem ser destruídos ou corrigidos. O que está em jogo não é a mentira ocasional, mas a produção sistemática de uma realidade discursiva, na qual o verdadeiro coincide com o que é enunciado pelo poder.

Nesse sentido, a negação da realidade não se dá por ignorância, mas por um processo ativo de desconstrução do real. O Partido não busca esconder a contradição, mas normalizá-la. Esse mecanismo exige dos sujeitos a capacidade de aceitar simultaneamente duas afirmações opostas, operação que será posteriormente sistematizada pelo conceito de *duplopensar*. Assim, a negação da realidade não é um erro cognitivo, mas uma prática política institucionalizada.

Julia não tinha o menor interesse nas ramificações das doutrinas do Partido. Sempre que ele começava a falar sobre os princípios do Socing, o duplopensar, a mutabilidade do passado, a negação da realidade objetiva e o uso das palavras do novofalar, ela se mostrava entediada e confusa e dizia não prestar atenção a esse tipo de coisa. Todo mundo sabia que era tudo bobagem, então por que se preocupar com isso? Ela sabia quando aplaudir e quando vaiar, e isso bastava (Orwell, 2022, p. 190).

Em outro trecho, Winston expõe:

Em certo sentido, a visão de mundo do Partido se impunha com ainda mais sucesso sobre as pessoas incapazes de entendê-la. Eram essas as que aceitavam com mais facilidade as evidentes violações da realidade, pois nunca entenderam por completo a dimensão daquilo que lhes era exigido e não tinham interesse suficiente nos acontecimentos públicos para compreender o que estava acontecendo (Orwell, 2022, p.191)

À luz da análise de Orlandi (1987), esse processo pode ser compreendido como um regime de produção de sentidos em que o referente é apagado. O discurso deixa de remeter ao mundo e passa a produzir o próprio mundo que enuncia. O sujeito já não confronta discurso e realidade, pois ambos se fundem sob a autoridade do Partido. Trata-se, portanto, de uma realidade discursivamente construída, na qual a verdade não é descoberta, mas decretada.

O caráter totalitário do socing manifesta-se, ainda, na destruição da autonomia subjetiva. A ideologia não se impõe apenas externamente, mas passa a operar internamente, moldando a própria estrutura do pensamento. O sujeito aprende a vigiar a si mesmo, a interromper pensamentos considerados perigosos, como se observa no conceito de

crimeparar, no vocabulário *do novofalar* “significa a capacidade de interromper, como que por instinto, um pensamento perigoso assim que surge [...] *Crimeparar*, em resumo, significa burrice preventiva” (Orwell, 2022, p. 252). Assim, o poder deixa de ser apenas repressivo e passa a ser produtivo, formando sujeitos que reproduzem espontaneamente a lógica do regime.

Nesse sentido, o *socing* não é apenas um sistema político, mas um dispositivo de subjetivação. Ele produz indivíduos incapazes de pensar fora das categorias impostas, bloqueando qualquer possibilidade de resistência simbólica. A ideologia deixa de ser percebida como tal, tornando-se o próprio horizonte de sentido do mundo social.

Diante desse funcionamento ideológico do *socing*, torna-se necessário apresentar os mecanismos internos que sustentam sua eficácia enquanto sistema de dominação. Nesse sentido, destaca-se o *duplopensar* como uma das estratégias centrais do Partido, responsável por produzir sujeitos capazes de aceitar simultaneamente ideias contraditórias sem perceber o conflito lógico nelas implicado. Tal prática revela-se fundamental para a manutenção do regime, pois garante a adesão subjetiva à ideologia dominante. Em seguida, o *novofalar*, elemento linguístico estruturante do *socing*, cuja função consiste em restringir o campo semântico da língua, limitando as possibilidades de pensamento crítico. Ambos os dispositivos, configuram-se como pilares da engenharia discursiva do Partido, assegurando a reprodução do poder por meio do controle da linguagem e da consciência.

3.3 O *duplopensar*

O *duplopensar* constitui um dos pilares centrais do sistema ideológico do *socing*, funcionando como mecanismo cognitivo indispensável à manutenção do poder do Partido. Na obra, ele é definido como a capacidade de sustentar simultaneamente duas crenças contraditórias e aceitar ambas como verdadeiras, sem que isso gere conflito interno. (Orwell, 2022). O texto do livro de Goldstein, lido por Winston, revela que o *duplopensar* está no cerne da estrutura de poder: “A mística do Partido, e acima de tudo do Núcleo do Partido, depende do *duplopensar*” (Orwell, 2022, p. 257).

Esse processo não se limita a um simples exercício de dissimulação ou mentira consciente. Ao contrário, ele exige que o sujeito, ao mesmo tempo em que manipula a

realidade, se esqueça dessa manipulação, instaurando um estado mental paradoxal: a mentira precisa ser acreditada com absoluta convicção. O texto é categórico ao afirmar que:

O processo precisa ser consciente, mas também inconsciente; caso contrário provocará uma sensação de falsidade e, por consequência, de culpa. [...] contar mentiras deliberadas acreditando plenamente nelas, esquecer qualquer fato que se torne inconveniente e, quando necessário, resgatá-lo do esquecimento apenas pelo tempo que for preciso, negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo levar em conta a realidade negada - tudo isso é absolutamente primordial (Orwell, 2022, p. 254-255).

Desse modo, o mecanismo não opera apenas no plano individual, mas estrutura todo o funcionamento do regime: o indivíduo sabe que está alterando ou distorcendo a realidade, em seguida, ele apaga essa consciência e passa a acreditar plenamente na versão fabricada.

O intelectual do Partido sabe em que sentido suas memórias precisam ser alteradas; portanto sabe que está se valendo de estratégias no trato com a realidade; mas com o exercício do *duplopensar* ele também se convence de que a realidade não foi violada (Orwell, 2022, p. 254).

Trata-se, portanto, de um sofisticado sistema de auto engano institucionalizado, como revela o narrador: “É por meio do *duplopensar* que o Partido conseguiu deter o curso da história” (Orwell, 2022, p. 255). Essa afirmação evidencia que o controle político não se dá apenas por repressão física, mas sobretudo pelo domínio da consciência. O Partido compreende que o poder duradouro depende da manipulação do senso de realidade dos sujeitos. Assim, a história deixa de ser um campo de fatos verificáveis e passa a ser aquilo que o Partido determina como verdadeiro em cada momento, pois “o Partido é o detentor da verdade absoluta” (Orwell, 2022, p. 254)

Em 1984, essa dinâmica se apresenta no controle exercido pelo o Partido, que não precisa apenas impor sua ideologia de forma coercitiva: os próprios indivíduos internalizam o controle, passando a vigiar seus pensamentos e memórias. Assim, o *duplopensar* configura-se como um dispositivo disciplinar, por meio do qual o sujeito se torna simultaneamente objeto e agente do poder.

De modo complementar, o termo articula-se diretamente ao controle da memória, pois o sujeito aprende a esquecer fatos inconvenientes e, quando necessário, a resgatá-los apenas pelo tempo suficiente para negá-los novamente. Esse mecanismo é descrito como uma técnica mental: “Se for necessário reorganizar a memória da pessoa ou modificar registros escritos, então é necessário esquecer que esse processo foi realizado” (Orwell, 2022, p. 254). O esquecimento, portanto, não é acidental, mas aprendido, treinado e institucionalizado. No

velhofalar, o termo seria chamado de “controle da realidade”; no *novofalar*, recebe o nome de *duplopensar* (Orwell, 2022, p. 254). Essa renomeação não é trivial: ela suaviza e normaliza a violência simbólica exercida sobre a mente.

Na estrutura do fundamento ideológico do Partido, o *socing* não se sustenta apenas por propaganda externa, mas pela internalização de contradições. Os slogans do Partido, como “Guerra é paz, Liberdade é escravidão, Ignorância é força”, só fazem sentido dentro dessa lógica paradoxal. Tais enunciados não buscam convencer racionalmente, mas produzir efeitos de naturalização, fazendo com que a contradição seja incorporada como normalidade e entendida como uma verdade. Nesse contexto, o *duplopensar* não é apenas permitido, mas exigido como prova de lealdade ideológica. Quanto mais o indivíduo consegue sustentar contradições sem questioná-las, mais integrado ele está ao sistema. O Partido, portanto, transforma a incoerência em virtude política.

O Partido não domina apenas politicamente, mas institui um regime de verdade. O *duplopensar* produz um saber oficial, no qual a mentira deixa de ser percebida como tal e passa a operar como verdade legítima. É nesse sentido que O’Brien afirma a Winston: “O verdadeiro poder não é o poder sobre as coisas materiais, e sim sobre os homens” (Orwell, 2022, p. 310). Esse poder se concretiza justamente pela capacidade de moldar a percepção da realidade. O domínio político, portanto, não se limita ao corpo, mas se estende à mente. O *duplopensar* permite ao Partido ser simultaneamente rígido e flexível; inflexível em seus dogmas, mas adaptável na manipulação dos fatos. Como o texto destaca: “O grande feito do Partido é ter produzido um sistema no qual ambas as circunstâncias podem existir simultaneamente” (Orwell, 2022, p. 255).

Esse sistema garante a permanência no poder, pois impede que os sujeitos desenvolvam consciência histórica. Ao controlar o passado, o Partido controla o presente e condiciona o futuro. Nesse sentido, o *duplopensar* ultrapassa a condição de simples conceito ficcional e se configura como alegoria extrema dos mecanismos de manipulação discursiva nas sociedades autoritárias. Orwell constrói, assim, uma crítica profunda às formas modernas de controle simbólico, antecipando debates sobre pós-verdade, propaganda e manipulação ideológica.

Dessa forma, ao compreender o *duplopensar* como um dos pilares do *socing*, percebe-se que o Partido não apenas ensina os indivíduos a conviver com contradições, mas

os conduz a aceitá-las como verdades simultâneas. Essa prática evidencia que o controle não se restringe ao comportamento, mas alcança a interioridade do sujeito, moldando sua forma de pensar e interpretar o mundo. É nesse contexto que se insere o axioma⁵ “dois mais dois são cinco”, expressão máxima da negação da racionalidade. Se o *duplopensar* atua no plano da consciência, ensinando o indivíduo a sustentar proposições opostas, o axioma matemático materializa essa lógica em sua forma mais extrema, convertendo uma evidência lógica em dogma ideológico. Assim, passa-se do controle do pensamento à destruição da própria razão, o que conduz à análise do colapso racional instaurado em *1984*.

3.3.1 Dois mais dois são cinco: o colapso da razão em *1984*

Longe de ser uma simples provocação matemática ou simples distorção matemática, a formulação “dois mais dois são cinco” constitui o mais emblemático axioma do projeto totalitário do Partido. Essa proposição simboliza a negação radical da realidade objetiva e a submissão absoluta do sujeito à verdade imposta pelo poder. Ao impor uma verdade manifestamente falsa, o Partido evidencia que seu objetivo não é apenas controlar comportamentos, mas reconfigurar as próprias estruturas do pensamento.

Nesse sentido, Winston reflete:

No fim o Partido anunciaria que dois mais dois eram cinco, e a pessoa seria obrigada a acreditar. Era inevitável que fizessem essa afirmação mais cedo ou mais tarde: a lógica de sua posição exigia isso. Não era apenas a validade da experiência, mas a própria existência da realidade exterior era tacitamente negada por sua filosofia. O bom senso era a heresia das heresias. [...] Pois, afinal de contas, como sabemos que dois mais dois são quatro ? Ou que a força da gravidade funciona mesmo ? Ou que o passado é imutável ? Se tanto o passado como o mundo exterior existem apenas na mente, e se a mente é controlada, o que isso significa? (Orwell, 2022, p.111).

A partir desse trecho, observa-se que o poder do Partido não se limita à imposição de comportamentos, mas visa governar a própria estrutura da consciência. Não se trata apenas de aceitar uma mentira, mas de acreditar nela, incorporando-a subjetivamente como verdade. O Partido precisa negar evidências elementares porque sua autoridade depende da ruptura com qualquer referência externa à sua palavra. Se a realidade passa a existir apenas enquanto percepção subjetiva, e se essa percepção é manipulada, então a própria noção de verdade se

⁵ Axioma compreende uma proposição tomada como verdadeira sem necessidade de demonstração, funcionando como princípio fundamental para a construção de um sistema lógico ou teórico. Na tradição filosófica, o axioma é entendido como uma evidência primeira que sustenta o encadeamento racional dos argumentos (Abbagnano, 2007). No campo da matemática, constitui uma verdade inicial a partir da qual se estruturam demonstrações e teoremas. No contexto de *1984*, esse conceito é subvertido, pois o axioma “dois mais dois são cinco” deixa de expressar uma verdade lógica para tornar-se um enunciado ideológico imposto pelo Partido, revelando a manipulação da razão e a negação da realidade objetiva.

dissolve. Tudo se converte em produto do discurso dominante. Assim, o poder não controla apenas os corpos, mas a própria constituição do real.

Essa lógica revela o caráter totalizante do regime. O Partido não admite a coexistência de verdades, pois isso abriria espaço para a dúvida e, conseqüentemente, para a resistência. Desse modo, ao impor o axioma “dois mais dois são cinco”, ele não busca convencer racionalmente, mas destruir a própria possibilidade de raciocínio. O sujeito não deve compreender, apenas aceitar, conforme explicita o narrador: “O Partido dizia para as pessoas rejeitarem as evidências coletadas por meio dos olhos e dos ouvidos. Era seu comando mais essencial e definitivo” (Orwell, 2022, p. 111).

Dessa forma, a lógica do regime fundamenta-se na anulação da razão crítica. O indivíduo não deve pensar, mas obedecer. A verdade deixa de ser resultado da reflexão e passa a assumir o estatuto de decreto. Winston percebe que a imposição do axioma “dois mais dois são cinco” é inevitável. Contudo, não basta repetir mecanicamente a fórmula: é preciso incorporá-la subjetivamente. O axioma sintetiza, portanto, o triunfo do poder sobre a consciência, expressando a vitória do discurso autoritário sobre a memória, a experiência e a percepção. Quando o sujeito aceita essa formulação, já não possui qualquer ponto de resistência. Sua relação com o mundo passa a ser mediada exclusivamente pela palavra do Partido.

O controle da linguagem e da verdade permite a fabricação de realidades, tornando desnecessária a violência permanente. O sujeito submete-se voluntariamente, pois já não dispõe de instrumentos para pensar fora da lógica imposta. Assim, o colapso da razão em *1984* não ocorre de forma abrupta, mas por meio de um processo gradual de corrosão do pensamento. O axioma “dois mais dois são cinco” não é apenas um slogan, mas o emblema máximo da destruição da autonomia intelectual. Ele marca o ponto em que a consciência deixa de ser espaço de liberdade para se tornar território ocupado pelo poder.

A aceitação dessa fórmula representa o estágio final do processo de reeducação de Winston. Não se trata apenas de submissão externa, mas de captura da interioridade. O sujeito já não precisa ser vigiado, pois passa a vigiar a si mesmo. A dominação torna-se internalizada. O diário, que inicialmente funcionava como espaço de resistência, converte-se em instrumento de submissão: “Quase sem pausa, anotou mais abaixo: DOIS MAIS DOIS SÃO CINCO” (Orwell, 2022, p. 322). Portanto, a escrita que antes era prática de contestação,

transforma-se em reprodução do discurso oficial. Winston já não escreve para afirmar sua própria verdade, mas para reiterar a verdade do Partido. O espaço da linguagem, que poderia ser lugar de resistência, é completamente capturado. Quando o indivíduo aceita que dois mais dois são cinco, abdica de sua autonomia intelectual. A consciência já foi conquistada. O sujeito já não pensa: ele reproduz.

Desse modo, ao analisar o colapso da razão expresso no axioma “dois mais dois são cinco”, percebe-se que o controle exercido pelo Partido não se restringe à realidade objetiva, mas se estende à própria linguagem. Assim como o *duplopensar*, o *novofalar* constitui elemento estruturante do *socing*, atuando diretamente na organização do pensamento. Diante disso, torna-se necessário examinar como a manipulação da língua opera como estratégia de dominação em *1984*.

3.4 O *novofalar*

Na distopia orwelliana, o *novofalar* (ou *novilíngua*) configura-se como um dos mais sofisticados dispositivos de dominação do Partido, consolidando o idioma oficial da Oceânia e criado especificamente para atender às necessidades ideológicas do *socing*. Diferentemente das línguas naturais, seu projeto não visava ampliar a comunicação, mas restringi-la. Mais do que um simples código linguístico, trata-se de um projeto político de engenharia simbólica, cujo objetivo central é restringir progressivamente as possibilidades de pensamento. Conforme apresentado no apêndice da obra:

O *novofalar* era o idioma oficial da Oceânia, e foi criado para atender às necessidades ideológicas do *Socing*, ou Socialismo Inglês. No ano de 1984 ainda não havia ninguém que usasse o *novofalar* como sua única forma de comunicação, fosse na linguagem oral ou escrita. As principais matérias do *Times* eram escritas no idioma, mas se tratava de um *tour de force* de que só um especialista era capaz. A expectativa era que o *novofalar* superasse o *velhofalar* (ou a linguagem padrão que conhecemos) por volta do ano 2050. (Orwell, 2022, p. 349).

Nesse excerto, observa-se que o *novofalar* ainda se encontrava em fase de implementação, mas já ocupava espaços estratégicos da comunicação oficial do regime, sobretudo nos órgãos de imprensa. Tal estratégia revela o caráter gradual do processo de dominação, que atua silenciosamente sobre os sujeitos, naturalizando a substituição do idioma tradicional por uma nova forma de expressão rigidamente controlada.

Nesse sentido, a língua passa a operar como um dispositivo político, planejado para reorganizar o pensamento coletivo. Orwell deixa explícito que o objetivo central do *novofalar* era estreitar a abrangência do pensamento, tornando literalmente impossível a formulação de ideias heréticas: “O propósito do novofalar era não só fornecer um meio de expressão para a visão de mundo e os hábitos mentais apropriados aos seguidores do Socing, mas também tornar todas as outras formas de pensamento impossíveis” (Orwell, 2022, p. 350).

A consolidação do *novofalar* ocorre por meio de um processo sistemático de eliminação lexical, cujo princípio não é a criação, mas a destruição de palavras. Esse projeto é explicitado por Syme, filólogo responsável pela elaboração da 11ª edição do *Dicionário de Novofalar*, em diálogo com Winston: “Estamos destruindo palavras — dezenas delas, centenas delas, todos os dias. Estamos reduzindo a linguagem às suas estruturas elementares. A 11ª edição não vai ter uma única palavra que vá se tornar obsoleta antes do ano 2050” (Orwell, 2022, p. 82). Essa afirmação evidencia que o empobrecimento vocabular é intencional e programado. A língua passa a ser reduzida às suas formas mais elementares, eliminando-se nuances semânticas, ambiguidades e possibilidades interpretativas. O objetivo, como o próprio Syme esclarece, é o estreitamento da capacidade de pensar:

Você não entende que o propósito do novofalar é justamente estreitar a abrangência do pensamento? No fim, vamos tornar o crime de pensamento literalmente impossível, porque não vão existir palavras para expressá-lo. Cada conceito considerado necessário vai ser expresso com exatidão por uma única palavra, com um sentido definido de forma bem rígida, eliminando e esquecendo todas as suas acepções secundárias. Com a 11ª edição estamos quase chegando a esse objetivo (ORWELL, 2022, p. 83).

Dessa forma, o Partido compreende que pensar depende da linguagem. Ao suprimir palavras, suprime-se também a possibilidade de formular ideias dissidentes. Trata-se de um mecanismo de censura preventiva, que atua antes mesmo da formulação do pensamento, pois este já nasce interdito pela ausência de recursos linguísticos. Nesse sentido, cada conceito passa a ser rigidamente controlado. Observa-se, portanto, a destruição da polissemia, característica fundamental da linguagem humana. O discurso torna-se unívoco, fechado, incapaz de produzir sentidos múltiplos. Esse empobrecimento semântico resulta numa forma de comunicação mecanizada, destituída de reflexão crítica.

Outro aspecto relevante do *novofalar* é a eliminação dos antônimos. A própria estrutura da língua passa a incorporar o oposto em si mesma: “A palavra já carrega em si mesma o seu oposto. A palavra ‘bom’, por exemplo. Se existe uma palavra como ‘bom’, qual

é a necessidade de uma palavra como ‘ruim’? ‘Desbom’ serve perfeitamente” (Orwell, 2022, p. 82). Esse procedimento demonstra como a língua é artificialmente simplificada, anulando contrastes, gradações e complexidades. Assim, a linguagem deixa de ser espaço de elaboração subjetiva e torna-se instrumento técnico do poder.

O impacto desse projeto linguístico reflete diretamente na constituição dos sujeitos. O indivíduo já não formula pensamentos próprios, mas apenas reproduz enunciados legitimados pelo Partido. Tal fenômeno é visível durante os Dois Minutos de Ódio, quando o discurso perde seu caráter humano: “O que saía de dentro dele eram palavras, mas não um discurso na verdadeira acepção da palavra: era um ruído emitido de forma inconsciente, como o grasnado de um pato” (Orwell, 2022, p. 85). Aqui, a linguagem é reduzida a mero ruído, destituída de intencionalidade crítica. O sujeito torna-se um corpo falante, mas não pensante, o que revela a completa submissão à lógica totalitária.

Além disso, o *novofalar* também se manifesta no funcionamento burocrático do regime, como observado nas mensagens do Ministério da Verdade:

Cada uma continha mensagens de apenas uma ou duas linhas no jargão abreviado — não era exatamente novofalar, mas consistia em grande parte de termos do novofalar — que era usado no Ministério para fins internos. Elas diziam:

times 17.3.84 discurso gi áfrica malreportado retificar

times 19.12.83 previsões quarto trimestre pt 83 malgrafias verificar edição atual

times 14.2.84 minifarto malcriado chocolate retificar

times 3.12.83 relato ordendia gi duploextradesbom ref despessoas reescrever totalmodo subsup antearquivar (Orwell, 2022, p. 68).

Esse jargão técnico, composto por abreviações e construções artificiais, reforça a padronização discursiva, esvaziando o conteúdo simbólico da comunicação. Ao final, Syme sintetiza o projeto do Partido de maneira reveladora: “A Revolução vai estar completa quando a linguagem for perfeita. O novofalar é o Socing, e o Socing é o novofalar” (Orwell, 2022, p. 83). Essa afirmação evidencia que a linguagem não é apenas instrumento do regime, mas sua própria essência. Controlar a língua significa controlar o pensamento, a memória e a própria percepção da realidade.

Assim, verifica-se que a eliminação sistemática de palavras não ocorre de modo aleatório, mas como estratégia consciente de controle. O Partido compreendia que, ao suprimir termos, suprimia-se também a possibilidade de pensar aquilo que eles

representavam. Desse modo, conceitos como liberdade política e intelectual deixam de existir não apenas na prática social, mas também no plano simbólico, pois não há mais palavras que os nomeiem (Orwell, 2022, p. 350).

No que tange a composição vocabular, o apêndice do livro apresenta a organização do *novofalar* em três classes vocabulares: vocabulário A, B e C. O vocabulário A era composto por termos relacionados à vida cotidiana, como comer, trabalhar, vestir-se, deslocar-se, cozinhar. Apesar de parecer funcional, tratava-se de um léxico extremamente reduzido e rigidamente controlado, no qual: “Todas as ambiguidades e nuances de sentido foram expurgadas” (Orwell, 2022, p. 351). Esse empobrecimento semântico impedia qualquer elaboração abstrata, filosófica ou literária, limitando a linguagem à descrição de ações concretas e imediatas.

Já o vocabulário B era formado por palavras criadas deliberadamente para fins políticos. Eram termos compostos, como *crimipensar*, *bompensar*, *Minipaz*, *Miniver*, que condensavam conjuntos complexos de ideias em poucas sílabas. Essas palavras funcionavam como uma espécie de “taquigrafia ideológica”, sintetizando conceitos e, ao mesmo tempo, orientando o julgamento do falante. Conforme o apêndice: “As palavras da classe B traziam consigo a intenção de impor uma determinada disposição mental à pessoa que as usava” (Orwell, 2022, p. 353). Por outro lado, o vocabulário C, por sua vez, reunia termos técnicos e científicos, utilizados apenas por especialistas. Curiosamente, não existia no *novofalar* uma palavra específica para “ciência”, pois esse conceito já estava subsumido ao próprio *socing* (Orwell, 2022). Assim, até mesmo o campo científico era absorvido pelo discurso oficial do Partido, evidenciando a colonização total da linguagem.

Outro aspecto relevante diz respeito à estrutura gramatical do *novofalar*. A língua eliminava irregularidades, reduzia flexões verbais e simplificava radicalmente a morfologia. Palavras difíceis de pronunciar eram consideradas indesejáveis e, por isso, reformuladas. Essa busca pela eufonia não era estética, mas funcional: quanto mais automática fosse a fala, menor seria a possibilidade de reflexão crítica. Como destaca Orwell (2022), o objetivo era que o indivíduo articulasse o discurso “sem a necessidade de envolvimento dos centros mais sofisticados do cérebro” (Orwell, 2022, p. 359).

Nesse processo, observa-se o que Orlandi (1987) conceitua como um funcionamento do discurso autoritário, no qual os sentidos são previamente determinados e o sujeito não tem

acesso à polissemia da linguagem. O *novofalar* elimina a possibilidade de deslizamento de sentidos, impondo significados únicos, rígidos e controlados, o que inviabiliza a interpretação e a contestação. Sob essa mesma perspectiva, Fiorin (2007) contribui para essa leitura ao afirmar que a ideologia se materializa na língua, pois é nela que os valores e as visões de mundo se inscrevem. No caso do *novofalar*, a ideologia não apenas atravessa a linguagem, mas a constitui estruturalmente. Cada palavra passa a ser um instrumento de regulação do pensamento.

Um exemplo insígne é a palavra “livre”, que ainda existia no *novofalar*, mas apenas em usos concretos, como “um campo livre de ervas daninhas” ou “um cachorro livre de pulgas”, de modo algum poderia ser utilizada no sentido de “politicamente livre” ou “intelectualmente livre” (Orwell, 2022, p. 350). O sentido político de liberdade havia sido completamente apagado, pois, como afirma o texto: “A liberdade política e intelectual havia deixado de existir até mesmo como conceito, tornando desnecessária, portanto, a existência de termos para nomeá-la” (Orwell, 2022, p.350).

Desse modo, o *novofalar* configura-se como um dispositivo de dominação total, pois opera na dimensão mais profunda da subjetividade. Ao destruir palavras, o Partido destrói também a possibilidade de resistência, instaurando uma forma de poder que não precisa mais recorrer à violência física, pois já se consolidou no plano simbólico. Observa-se que o *novofalar* não foi criado para expandir a linguagem, mas para destruí-la progressivamente, tornando-a cada vez mais pobre, precisa e funcional aos interesses do Partido. A redução vocabular passa a ser, portanto, um fim em si mesmo, pois quanto menor o número de palavras, menor a capacidade de pensar criticamente. Assim, Orwell (2022) demonstra que o controle absoluto não se estabelece apenas pela repressão, mas sobretudo pela manipulação da linguagem, evidenciando o papel central do discurso na manutenção dos regimes totalitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar de que modo a literatura se configura em contextos totalitários e como o romance *1984*, de George Orwell, representa a literatura como instrumento de dominação e simultaneamente, de resistência. Ao longo do percurso de análise, percebeu-se que a obra encena, de maneira radical, a crise do homem moderno, apartado de sua unidade, que sucumbe diante da realidade, conforme descreveu Lukács (2000). Nesse cenário, o personagem Winston Smith corporifica o sujeito cindido, materializado em sua trajetória deslocada da totalidade social, cuja interioridade entra em conflito permanente com uma realidade fechada, autoritária e hostil.

Essa configuração permite compreender o romance como expressão estética da ruptura da totalidade vivida, tese central da reflexão lukacsiana. Sendo a forma literária capaz de abarcar toda a heterogeneidade e fratura do herói moderno, em um mundo sem representação e composição que já não o permite reintegrar-se. Diante das transformações da sociedade moderna, o romance torna-se o gênero necessário capaz de expressar a melancolia histórica da modernidade e a tentativa, sempre inconclusa, de recomposição do sujeito no mundo. Desse modo, a narrativa não oferece reconciliação, mas dramatiza a impossibilidade de integração entre o indivíduo e o mundo, transformando a fratura em matéria estética.

No que se refere à literatura enquanto obra material, sua importância manifesta-se também como forma de resistência histórica. A escrita de Orwell, situada em um contexto marcado por experiências autoritárias e pela ascensão de regimes totalitários no século XX, configura-se como denúncia e alerta. A obra ultrapassa, desse modo, seu tempo histórico e se projeta como reflexão crítica sobre as estruturas de poder que atravessam diferentes contextos sociais, mantendo-se atual em sua capacidade de interpelar o leitor.

No interior do enredo, a pesquisa demonstrou que a quase ausência da literatura não se configura como mero apagamento, mas como estratégia política deliberada do Partido. A reescrita contínua dos documentos históricos, a produção de textos oficiais e a supressão de narrativas dissidentes, indicam que a literatura é percebida como ameaça justamente por seu potencial crítico e memorialístico. Mesmo submetida a processos sistemáticos de censura, reescrita e manipulação, a literatura preserva sua potência crítica, pois tensiona as versões

oficiais da realidade e possibilita a emergência de sentidos não controláveis, consolidando-se como espaço simbólico de resistência e preservação da memória histórica.

Embora a literatura apresente singular capacidade de resistência simbólica em contextos totalitários, a obra denota que a restrição da linguagem, por meio da redução do léxico e criação de uma nova língua, implica diretamente no esvaziamento progressivo da literatura, visto que pensar, formular e questionar pressupõem acesso à linguagem, e, quando esta é controlada, o sujeito perde o domínio sobre si e sobre a realidade que o cerca. Ao manipular a linguagem e produzir verdades artificiais, o Partido atua diretamente sobre a consciência dos sujeitos, retirando-lhes a possibilidade de pensar criticamente.

A análise dos mecanismos discursivos, especialmente o *socing*, o *duplopensar* e o *novofalar*, permitiu compreender como o Partido intervém na constituição da consciência individual. Esses dispositivos reorganizam o campo do dizível e do pensável, restringem a polissemia da linguagem, naturalizam contradições e impõe verdades. À luz da análise do discurso, observou-se que o funcionamento discursivo em *1984* é autoritário, pois impede o acesso a outros sentidos possíveis e conduz o sujeito à adesão a significações pré-fabricadas. Desse modo, confirma-se que o controle exercido pelo Partido ultrapassa a coerção física e incide de forma profunda sobre a esfera simbólica, evidenciando que o poder totalitário sustenta-se, sobretudo, pela captura da palavra.

Diante dessas reflexões, torna-se possível afirmar que a literatura, mesmo submetida a tentativas sistemáticas de domesticação, mantém sua força crítica justamente por revelar os mecanismos de poder que buscam silenciá-la. Ao representar a manipulação extrema da linguagem, a obra de Orwell evidencia, por contraste, a centralidade da palavra como espaço de resistência e de formação da consciência crítica. A literatura afirma-se, assim, como campo de disputa simbólica, no qual se confrontam memória e apagamento, verdade e falsificação, subjetividade e controle.

No âmbito acadêmico, esta pesquisa contribui para os estudos literários ao articular Teoria Literária e Análise do Discurso, áreas que, embora dialoguem, ainda apresentam poucas investigações integradas, favorecendo uma compreensão mais ampla dos mecanismos simbólicos que atravessam a produção literária, especialmente em contextos de dominação ideológica. Quanto ao âmbito social, reafirma-se a atualidade de *1984* para a compreensão de processos contemporâneos de manipulação da informação, controle narrativo e vigilância,

bem como de suas ressonâncias nos discursos políticos e midiáticos atuais. Nesse sentido, a literatura revela-se fundamental como instrumento de leitura crítica da realidade social, especialmente no contexto da formação humanística e docente, ao debater sobre a função da literatura em tempos de vigilância e controle.

Por fim, estas reflexões não se encerram de modo conclusivo, mas se abrem à continuidade do debate. Pesquisas futuras podem ampliar o corpus de análise para outras obras distópicas, como *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, e *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, possibilitando abordagens comparativas a partir de perspectivas culturais e sociopolíticas, assim como, a investigação de diferentes formas de representação do controle estatal, da manipulação da linguagem e do lugar da literatura em contextos de opressão.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ADORNO, Theodor W. **Posição do narrador no romance contemporâneo**. Notas de literatura I. São Paulo: Duas Cidades Ed. 34, 2003 p. 55-64.

ADORNO, Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. In: **Notas de literatura**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. **Teoria da literatura**. 8 ed. Coimbra: Almedina, 1997

BARREIROS, Márcia Maria da Silva; MACHADO, Alexandre Bartilotti; GOMES, Yasmin Figueiredo. **De Penélope a Emma Bovary**: uma análise da representação do feminino no cânone ocidental a partir da longa duração. Revista Cairu, Salvador, v. 8, n. 12, ano 2019. Disponível em: <<https://www.cairu.br/revista/artigos12.html>>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BENJAMIN, W. **Conceito da crítica da arte no romantismo alemão**. Tradução de Marcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002.

BRADFORD, Richard. **Orwell**: um homem do nosso tempo. Trad. Marques de Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Tordesilhas livros, 2020.

CANHOTO, Vinícius. Teoria da literatura e o problema do narrador e narração: um debate entre Benjamin, Lukács e Adorno. **Cadernos Walter Benjamin**. n. 18, p. 89–111, 2016.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de La Mancha**. Tradução e notas de Ernani Ssó. Introdução de John Rutherford; posfácios de Jorge Luis Borges, Ricardo Piglia. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

COUTINHO, Fernanda. Flaubert e a paixão pela literatura. In: FÍUZA, Regina Pamplona (org.). **Literatura universal**. Academia Cearense de Letras. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

DUTRA, C. **A literatura disruptiva de Campos de Carvalho**. Disponível em: <<https://claudiodutra.substack.com/p/a-literatura-disruptiva-de-campos>>. Acesso em 25 nov. 2025.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LINS, Alvaro. **Teoria literária**: Poesia, romance, teatro, biografia, crítica. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1967. 150 p.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas das grandes épicas; tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34, 2000. 240 p.

MARTINS, Romeu. Introdução. In: ORWELL, George. **1984**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2022, p. 13-24.

- MONTENEGRO, Pedro Paulo. Dom Quixote e a evolução do romance moderno. In: FÍUZA, Regina Pamplona (org.). **Literatura universal**. Academia Cearense de Letras. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000. 100 p.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORSI, Carlos. Posfácio. In: ORWELL, George. **1984**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2022, p. 364-370.
- ORWELL, George. **1984**. Tradução de Alexandre Boide; il. Sébastien Verdiér. - 1ª ed. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2022. 448p.
- PAVLOSKI, Evanir. **1984**: A distopia do indivíduo sob controle. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yxn7q>. Acesso em 29 de dez. de 2025.
- RIBEIRO, Ana Luiza Gonçalves. **Heterotopias do feminino**: o (não) lugar de Emma Bovary na sociedade patriarcal. 2024. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Francês e Literaturas de Língua Francesa) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.
- SILVA, Arlenice Almeida da. **O símbolo esvaziado**: a teoria do romance do jovem György Lukács. Trans/Form/Ação, v. 29, n. 1, p. 79-94, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-31732006000100006>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- TAVARES, Débora Reis. Notas. In: ORWELL, George. **1984**. Tradução de Antônio Xerxenesky. Ilustrações de Rafael Coutinho. 1. ed. São Paulo: Antofágica, 2021.